

Plano Municipal de São Brás de Alportel para a Integração de Imigrantes

2015-2017

Beneficiários



Financiamento



Equipa Responsável

Câmara Municipal de São Brás de Alportel

Marlene Guerreiro (Coordenadora)

José Serrano

Carmen Macedo

Associação In Loco

Vanessa Duarte de Sousa

Apoio à Moderação do Fórum Intercultural – Vânia Martins

Outras colaborações

Disponibilização de dados do Diagnóstico de Saúde na População Imigrante – Helga Martins, João Freitas, Nuno Andrade, Paula Vaz Pinto (com agradecimento à Enf.ª Cidália que acompanhou a realização deste trabalho).

Entidades parceiras

Agrupamento de Centros de Saúde Algarve Central

Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas

Casa de Cultura António Bentes

Junta de Freguesia de São Brás de Alportel

Nota de Abertura

A incluir posteriormente.

Índice

Índice.....	4
Índice de Tabelas	6
Índice de Gráficos	7
Índice de Ilustrações	7
1. Enquadramento	8
2. Diagnóstico Local	13
2.1. Mudanças no perfil demográfico do concelho e a importância da imigração na estrutura da população local	13
2.2. Perfis distintos nos imigrantes residentes e as micro representações das nacionalidades presentes no concelho.....	19
2.3. Serviços de Acolhimento e Integração – recursos existentes mas com fragilidades ao nível da divulgação e no atendimento	22
2.4. A dualidade do perfil de imigrantes existente refletida na diferenciação das perceções sobre o tema de Urbanismo e Habitação	24
2.5. Uma diminuição do desemprego aliada a uma perceção negativa do mercado de trabalho e fragilidades ao nível da promoção do empreendedorismo local	26
2.6. Um aumento da população escolar imigrante e uma população adulta com dificuldades no domínio da língua portuguesa	30
2.7. Dificuldade no acesso à informação sobre a oferta formativa existente e constrangimentos associados ao reconhecimento de competências	33
2.8. Necessidade de estímulo e divulgação das atividades interculturais locais.....	34
2.9. Possibilidade de melhoria no atendimento, na prestação de cuidados e na oferta de informação na área da saúde embora com problemas transversais a toda a população	36
2.10. Perceção de direitos diferenciados no acesso a apoios sociais por parte dos imigrantes e dificuldades na compreensão dos documentos oficiais	41
2.11. A necessidade de melhoria no acolhimento à chegada a Portugal e fragilidades ao nível do conhecimento do sistema eleitoral local.....	43
2.12. Melhorar a imagem concebida sobre a imigração e a comunicação sobre os eventos locais, como propostas centrais para os media locais.....	44
2.13. Uma comunidade tolerante à interculturalidade	44
2.14. Fragilidades na relação do concelho com os países de origem e com os consulados representantes das comunidades de imigrantes em presença	45
2.15. Tolerância religiosa aliada à necessidade de conhecimento das práticas religiosas das culturas em presença.....	45
3. Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes.....	46
3.1. Dimensão Estratégica	46

3.2. Dimensão Operacional.....	52
3.2.1. Serviços de Acolhimento e Integração.....	52
3.2.2. Urbanismo e Habitação	58
3.2.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	59
3.2.4. Educação e Língua.....	61
3.2.5. Capacitação e Formação	63
3.2.6. Cultura	64
3.2.7. Saúde	66
3.2.8. Solidariedade e Resposta Social.....	68
3.2.9. Cidadania e Participação Cívica.....	70
3.2.10. Media e Sensibilização da Opinião Pública	71
3.2.11. Racismo e Discriminação	72
3.2.12. Relações Internacionais	73
3.2.13. Religião.....	73
3.3. Modelo de monitorização e de avaliação	74
3.4. Acompanhamento e Modelo de Governação.....	77
4. Referências Bibliográficas e Eletrónicas.....	79
Anexos.....	80
Anexo 1. Listagem de entidades participantes no processo de diagnóstico e planeamento e respetivos interlocutores.....	81
Anexo 2. Listagem da documentação consultada	82
Anexo 3. Metodologia do Fórum Intercultural	83
Anexo 4. Metodologia do Fórum das Instituições pela Interculturalidade	86
Anexo 5. Metodologia do <i>Focus Group</i> com outros NPT's	88
Anexo 6. Metodologia de consulta « <i>Caixa de Propostas</i> » e inquirição personalizada	90

Índice de Tabelas

Tabela 1. Número de Participantes nos Fóruns realizados.....	11
Tabela 2: População Estrangeira com estatuto de residente em São Brás de Alportel (2008 – 2013)	16
Tabela 3: Estrangeiros Residentes no Concelho de São Brás de Alportel segundo a Nacionalidade, de 2008 a 2013	20
Tabela 4: Indicadores relativos a Nacionais de Países Terceiros	22
Tabela 5. Taxa de emprego, de desemprego e de atividade segundo a nacionalidade e a naturalidade, em 2011.....	27
Tabela 6. População Desempregada Estrangeira, de Fevereiro de 2011 a Fevereiro de 2015	29
Tabela 7. Alunos Estrangeiros a Frequentar os diferentes níveis de ensino, de 2001/2012 a 2014/2015.....	31
Tabela 8. População segundo o nível de escolaridade e a nacionalidade e a naturalidade, em 2011	32
Tabela 9. Dados e Indicadores relativos ao Acesso aos Serviços de Saúde Locais, de 2011 a 2014...37	
Tabela 9. População Imigrante Inquirida no Diagnóstico de Saúde segundo a Naturalidade e o Local ao qual recorreram a consulta médica	38
Tabela 9. População Imigrante Inquirida no Diagnóstico de Saúde segundo a Naturalidade e o Recurso aos Serviços de Saúde no Estrangeiro.....	39
Tabela 9. População Imigrante Inquirida no Diagnóstico de Saúde segundo a Razão de Recurso aos serviços de Urgência	40
Tabela 9. Critérios e Questões da Avaliação	75

Índice de Gráficos

Gráfico 1: População Residente em São Brás de Alportel de 1991 a 2011.....	13
Gráfico 2: Taxa de Variação da População no País, Algarve e São Brás de Alportel, de 1991 a 2011 (%).....	14
Gráfico 3: População residente com nacionalidade portuguesa e estrangeira e proporção da população estrangeira na população total, em São Brás de Alportel, de 1991 a 2011 (%).....	15
Gráfico 4: Taxa de Crescimento Migratório em Portugal, Algarve e São Brás de Alportel, de 1998 a 2013	16
Gráfico 5: População com nacionalidade estrangeira e portuguesa segundo o grupo etário (%), em 2011	17
Gráfico 6: Nados Vivos de Mães com nacionalidade estrangeira no conjunto de nados vivos de mães residentes no concelho de São Brás de Alportel (%), de 1995 a 2013	18
Gráfico 6: Nº de Fogos Integrados no Programa Residência Segura, de 2012 a 2014	25
Gráfico 6: Evolução do Número de Crimes Registados em São Brás de Alportel, por Tipologia de Crimes, de 2011 a 2014	26
Gráfico 7: População Desempregada total e População Imigrante Desempregada, de Fevereiro de 2011 a Fevereiro de 2015	28
Gráfico 8: Total de Alunos Estrangeiros no conjunto da População Escolar (em %)	32

Índice de Ilustrações

Ilustração 1. Modelo Organizativo para a monitorização e Implementação do Plano	76
---	----

1. Enquadramento

O Plano Municipal de São Brás de Alportel para a Integração de Imigrantes enquadra-se na finalidade prevista na Carta Social 2014-2020, a saber: *“Garantir o bem-estar da população residente no concelho, através de uma atuação concertada entre os diferentes atores do território, que permita uma maior eficiência na utilização dos recursos e uma intervenção multidimensional que dê resposta à complexidade dos problemas sociais emergentes.”* São vários os objetivos da Carta que visam uma atuação interinstitucional para melhorar a inclusão da população em situação de maior vulnerabilidade. A construção de um instrumento de planeamento que procura atuar sobre grupos minoritários da população, sobre os quais carece um olhar específico, vem reforçar a atuação prevista para o município.

Com este plano procura-se:

- i) *Desenhar um conjunto de propostas de ação que procuram a inclusão social da população imigrante no concelho de São Brás de Alportel;*
- ii) *Manter o município como espaço atrativo da população imigrante, considerando a sua importância para a diversidade humana e económica do território;*
- iii) *Desenvolver uma atuação que mobilize as instituições, a população imigrante e a restante população local, na construção de respostas coletivas que visem a promoção do bem-estar social local;*
- iv) *Implementar um conjunto de ações em coerência com as medidas previstas no Plano Estratégico para as Migrações.*

O desenho deste plano emerge de um trabalho pré-existente no concelho de São Brás de Alportel que visa a promoção do diálogo intercultural ao nível local. Para a construção do Plano contou-se com uma parceria formal alargada, tendo como entidade beneficiária o Município de São Brás de Alportel e, como instituição parceira beneficiária de financiamento, a Associação In Loco. Outras entidades parceiras formais contribuíram para tornar este instrumento possível, a saber: a Casa da Cultura António Bentes, o Agrupamento de Escolas Belchior Viegas, a Junta de Freguesia de São Brás de Alportel e o Agrupamento de Centros de Saúde Algarve I Central. No entanto, foi ainda possível contar com a participação ativa de outras entidades que terão um papel igualmente relevante no desenvolvimento dos trabalhos futuros, nomeadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Centro de Cultura e Desporto de São Brás de Alportel (equipa de protocolo do RSI) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. O Instituto da Segurança Social não participou nos trabalhos preliminares ao nível da conceção do plano, no entanto prevê-se o seu envolvimento na constituição da plataforma local para a integração dos imigrantes.

Prevê-se criar um grupo de trabalho dedicado às questões das migrações no seio da Rede Social, onde terá lugar a discussão sobre a implementação e a monitorização do Plano e para o qual se desafiara a participação dos imigrantes que voluntariamente se dispuseram a fazer parte da equipa que lidera estes trabalhos. É neste âmbito que funcionará a plataforma de monitorização do Plano, com a colaboração complementar dos imigrantes que se voluntariem para os trabalhos previstos nestes domínios.

No que respeita à metodologia seguida, destacam-se os momentos preparatórios de mobilização da população imigrante e das instituições para os fóruns participativos previstos. No caso da população imigrante utilizaram-se diferentes estratégias de mobilização que se podem sistematizar da seguinte forma: *i)* contacto com os diferentes serviços locais e organizações para assegurar a divulgação do Fórum Intercultural junto da população imigrante; *ii)* contacto direto com a população imigrante através dos atendimentos realizados no CLAI; *iii)* contacto direto telefónico a todos os imigrantes que constavam da base de dados do CLAI. As instituições da Rede Social foram convidadas a participar no Plano, pese embora tenham apenas comparecido as referenciadas anteriormente (que de resto são igualmente as que têm uma atuação mais focada sobre o atendimento e acolhimento da população imigrante). Foram igualmente realizados pedidos de dados estatísticos específicos a cada uma das instituições, procurando obter um retrato mais claro e orientado sobre as características e problemas da população imigrante local. Estes pedidos foram orientados pelos resultados obtidos junto da população imigrante e permitem ter uma abordagem mais aprofundada sobre a realidade da imigração no concelho, em particular dos nacionais de países terceiros (NPT).

Após a realização dos trabalhos preparatórios dos momentos participativos, foram desenvolvidos dois fóruns destinados a aprofundar o diagnóstico da situação da população imigrante e definir propostas de ação para o futuro. O Fórum Intercultural destinou-se à população imigrante e comunidade de acolhimento e teve lugar no dia 18 de fevereiro de 2015, contando com a participação de 34 pessoas. Os participantes foram organizados em quatro grupos de trabalho moderados pela equipa, tendo discutido sobre os problemas vividos pela comunidade imigrante e propostas de ação para o futuro, a partir de uma reflexão sobre as seguintes áreas: *i)* Serviços de Acolhimento e de Integração; *ii)* Urbanismo e Habitação; *iii)* Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; *iv)* Educação e Língua; *v)* Capacitação e Formação; *vi)* Cultura; *vii)* Saúde; *viii)* Solidariedade e Resposta Social; *ix)* Cidadania e Participação Cívica; *x)* Media e Sensibilização da Opinião Pública; *xi)* Racismo e Discriminação; *xii)* Relações Internacionais; *xiii)* Religião; *xiiii)* Outros¹.

¹ Ver anexo 3. Metodologia do Fórum Intercultural.

Na sequência deste fórum foi realizado um outro dirigido a instituições², tendo sido convidadas todas as instituições pertencentes à Rede Social. Participaram 8 entidades, sendo solicitada a discussão dos resultados obtidos com a realização do Fórum Intercultural. Solicitou-se igualmente que face aos problemas e necessidades identificados, as instituições pudessem referenciar as respostas existentes para a sua solução. Paralelamente, face às propostas de ação realizadas desafiaram-se as organizações a apresentarem os seus compromissos. Na impossibilidade de se debaterem todos os resultados durante a sessão, foi solicitado que pudessem dar contributos à discussão por via eletrónica apesar de tal não se ter verificado. De qualquer modo, a reunião com os potenciais elementos constituintes da plataforma permitiu discutir detalhadamente cada uma das medidas propostas.

Decorrente da ausência de nacionais de países menos representados na população imigrante no Fórum Intercultural e procurando alargar a auscultação à população, optou-se por uma dupla estratégia de reforço da participação: *i)* colocação de uma «caixa de propostas» no Mercado Municipal e na página do município desafiando as pessoas a preencherem uma ficha que continha a possibilidade de apresentação de problemas e soluções, tendo sido possível contar com 6 respostas³; *ii)* consideração de nova consulta direta aos grupos da população imigrante não participantes, mas conhecidos pelos serviços do CLAI. Assim, realizou-se uma reunião assente na técnica de *focus group* procurando discutir os resultados do fórum intercultural e adicionando elementos apresentados pelos imigrantes⁴. Esta sessão foi particularmente direcionada a imigrantes que não puderam comparecer ao primeiro fórum por incompatibilidade com o horário laboral. Nesta reunião participaram 9 Imigrantes, dos quais apenas uma não pertencia a um país terceiro. A auscultação direta personalizada teve de ser realizada à população imigrante de origem chinesa, isto porque apesar de se conhecer a localização de serviços onde esta comunidade se insere profissionalmente, não se dispunha dos seus contactos. Neste caso, optou-se por uma inquirição direta no comércio dirigido pela comunidade chinesa local, tendo sido possível auscultar imigrantes em 3 dos 4 estabelecimentos existentes, abrangendo 5 elementos desta comunidade.

De forma a validar as medidas propostas em Plano, dar início à estruturação da plataforma que será responsável pela monitorização e apoio à sua execução e a assegurar compromissos institucionais foi realizada uma reunião convidando os parceiros formais do projeto, aquelas entidades que se querem mobilizar para a implementação do Plano e os imigrantes que se propuseram participar na plataforma. A metodologia adotada consistiu na apresentação de cada uma das medidas e das entidades que se prevê serem responsáveis pela execução de cada uma

² Ver anexo 4. Metodologia do Fórum das Instituições pela Interculturalidade.

³ Ver Anexo 6. Metodologia de consulta «Caixa de Propostas» e inquirição personalizada.

⁴ Ver Anexo 5. Metodologia de *Focus Group* com outros NPT.

dessas. No final questionou-se ainda sobre o modelo de funcionamento da plataforma, cujos resultados também são apresentados em capítulo próprio.

Após validação das medidas em termos institucionais realizou-se um outro Fórum Intercultural desafiando à participação dos imigrantes. Neste foi possível fornecer alguns elementos de diagnóstico de contextualização da realidade da imigração no concelho. Seguiu-se uma apresentação e discussão das várias medidas, à semelhança do que havia sido realizado na reunião anterior.

No conjunto, contou-se com 101 participações individuais e com o envolvimento de 12 instituições locais e regionais. O quadro seguinte apresenta o número de participantes em cada um dos fóruns realizados.

TABELA 1. NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS FÓRUMS REALIZADOS

Fórum	Data de Realização	Participações individuais	Participações das organizações
Fórum Intercultural	18 de Fevereiro	34	4
Fórum de Instituições pela Interculturalidade	3 de Março	14	8
<i>Focus Group</i> de outros NPT	1 de abril	9	-
Inquirição personalizada	1 de abril	5	-
Encontro com elementos da plataforma	20 de Maio	16	10
II Fórum Intercultural	25 de Maio	23	6
Total		101	28 12 organizações participantes

Fonte: Própria

Paralelamente a esta abordagem qualitativa foram solicitados dados, de natureza qualitativa ou quantitativa, que pudessem apoiar à construção do Plano às organizações. Foram recolhidos dados estatísticos no sítio do Instituto Nacional de Estatística (em particular os referentes aos recenseamentos da população e aos anuários estatísticos) e no sítio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (estatísticas relativas aos residentes estrangeiros). Em complemento, as instituições locais forneceram um conjunto de dados estatísticos relevantes em função do diagnóstico que foi sendo realizado no terreno – na área da educação, da saúde, da segurança e do emprego. Serviram ainda de referência trabalhos prévios realizados no concelho, nomeadamente a recolha efetuada para efeitos de construção do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da

Diversidade (IMAD) e do estudo exploratório sobre a situação dos imigrantes publicado em 2011⁵ e a Carta Social aprovada no início de 2015.

No decurso da conceção do Plano foi ainda possível contar com informação decorrente da realização do Diagnóstico de Saúde na População Imigrante. Tal foi realizado por um conjunto de enfermeiros em especialização no Centro de Saúde local – entidade parceira do projeto – com apoio à mobilização dos imigrantes e ao tratamento de dados por parte da equipa técnica afeta ao Plano Municipal de São Brás de Alportel para a Integração de Imigrantes.

O Plano será submetido a aprovação pelo executivo municipal para posteriormente ser apresentado em sede de Assembleia Municipal. A sua apresentação pública está prevista na reunião de Conselho Local de Ação Social de São Brás de Alportel.

Este documento é composto por quatro partes distintas. Na primeira parte procura-se aprofundar o retrato local da população imigrante articulando dados de natureza qualitativa e quantitativa que foram passíveis de recolher e de sistematizar. A segunda parte é composta pelo conjunto de objetivos estratégicos e operacionais, assim como as medidas e os recursos institucionais que permitirão assegurar a execução das propostas realizadas. Na terceira parte apresenta-se o modelo de monitorização e de avaliação previsto, tendo por base os indicadores previamente apresentados na proposta de planificação, refletindo igualmente sobre a forma de recolha de dados que permitirão a sistematização desses indicadores e sobre os critérios que balizam todo o processo de acompanhamento da execução e o balanço da intervenção realizada. A última parte dedica-se à reflexão sobre o modelo organizacional previsto para a implementação e monitorização do Plano.

⁵ Vide Dias, Nelson (coord.), Vanessa Sousa (2011) *Diagnóstico de necessidades da população imigrante de São Brás de Alportel*, Lisboa, ACIDI.

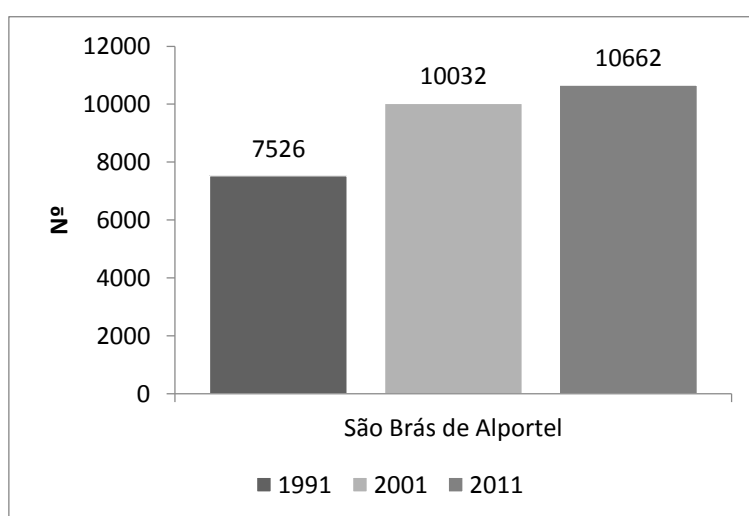
2. Diagnóstico Local

2.1. Mudanças no perfil demográfico do concelho e a importância da imigração na estrutura da população local

São Brás de Alportel tinha registado no anterior período intercensitário uma das maiores taxas de variação da população registadas ao nível nacional. Tal decorre de uma oferta habitacional a preços mais competitivos e das expectativas elevadas da população em relação à aquisição da propriedade das habitações. Paralelamente, o concelho ocupa uma posição central face aos concelhos de Loulé e de Faro, com grande capacidade de atratividade ao nível da criação de emprego. Essas mudanças foram importantes para algum rejuvenescimento da população.

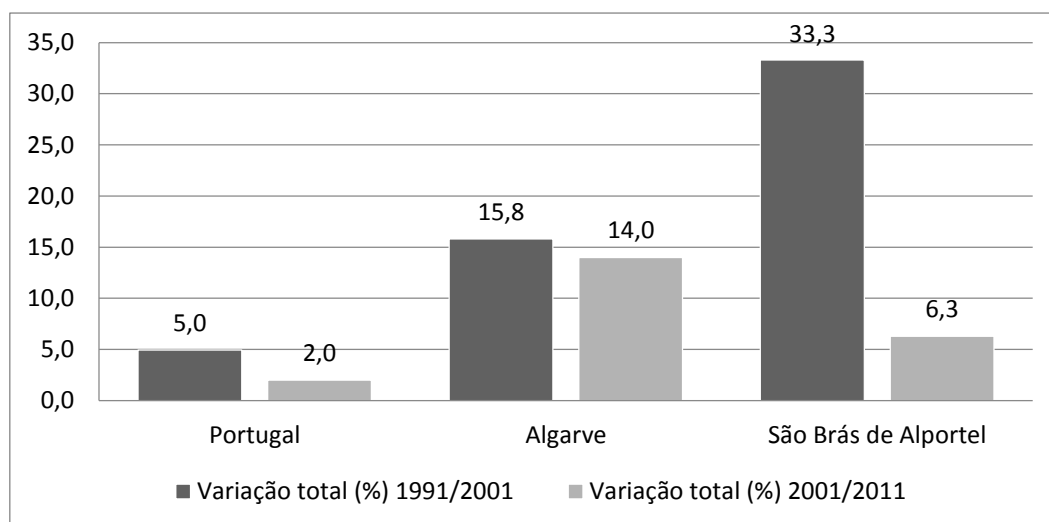
No entanto, o que de resto era expectável, entre 2001 e 2011, registou-se uma desaceleração do ritmo de crescimento populacional, sendo previsível que esta esteja a diminuir já depois do último período censitário. Assim, entre 1991 e 2001 a população residente aumentou 33,3%, passando de 7526 habitantes para 10032. No último período intercensitário a população residente cresceu 6,3 %, para um total de 10662 habitantes em 2011. As últimas estimativas demográficas relativas à população residente no concelho em 2013, preveem que o concelho tenha 10538 residentes, o que corresponde a uma variação negativa de 1,2% face ao registado no último recenseamento.

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO RESIDENTE EM SÃO BRÁS DE ALPORTEL DE 1991 A 2011



FONTE: INE – RECENSEAMENTOS GERAIS DA POPULAÇÃO.

GRÁFICO 2: TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO NO PAÍS, ALGARVE E SÃO BRÁS DE ALPORTEL, DE 1991 A 2011 (%)



FONTE: INE – RECENSEAMENTOS GERAIS DA POPULAÇÃO. CÁLCULOS PRÓPRIOS DO INDICADOR.

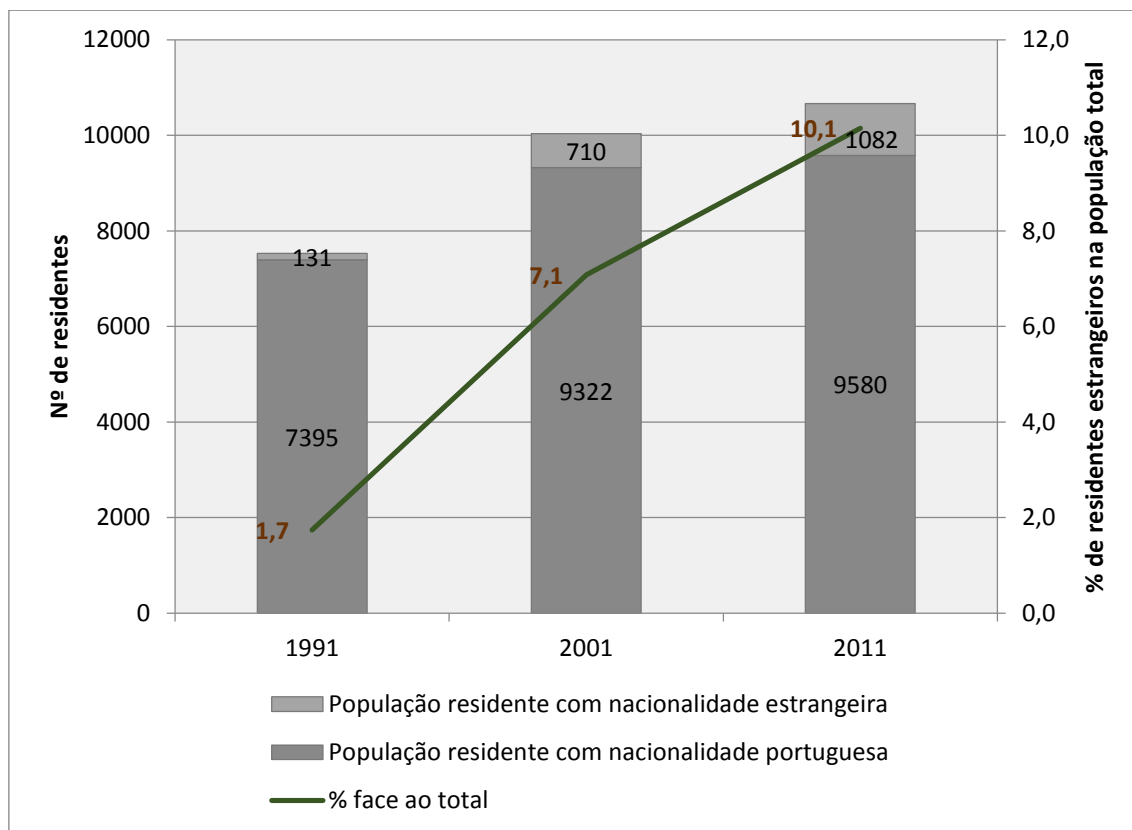
Embora a imigração não explique todas as mudanças registadas ao nível demográfico no concelho, percebe-se que o período em que se foi registando uma boa performance económica na região veio acompanhado de um crescimento muito acentuado da imigração. Os dados referentes à população estrangeira residente no concelho são disso exemplo. Em 1991, São Brás de Alportel tinha uma população estrangeira residente praticamente residual, correspondendo a 1,7% da população residente e perfazendo um total de 130 residentes. Em 2001, o total da população estrangeira contabilizada era de 710 residentes e em 2011 de 1082 residentes. De 1991 a 2001, a população estrangeira teve um aumento de 442%, e de 2001 para 2011 elevou-se em 52,4%⁶. Percebe-se que o ritmo de crescimento da população estrangeira a residir no concelho tem sido muito mais elevado do que o registado ao nível do total da população. No entanto, entre os últimos censos, começaram a registar-se alterações nas tendências anteriormente registadas.

Desde 2008 que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras regista uma perda continuada de população estrangeira a residir no concelho – representando uma diminuição de 18,1% dos estrangeiros residentes até 2013, o que pode estar intrinsecamente associado ao período de crise económica por que passa todo o país e, em particular a região. Para já, os dados existentes demonstram uma tendência para aceleração do ritmo de perda de população estrangeira a residir

⁶ De referir que existem discrepâncias nos imigrantes registados no SEF e no INE, embora não sejam significativas. Considerando que as metodologias de recolha de dados são distintas é expectável a existência deste tipo de resultados diferenciados.

no concelho. No entanto, também não é de excluir a hipótese de muitos estrangeiros poderem já ter obtido a nacionalidade portuguesa⁷.

GRÁFICO 3: POPULAÇÃO RESIDENTE COM NACIONALIDADE PORTUGUESA E ESTRANGEIRA E PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA NA POPULAÇÃO TOTAL, EM SÃO BRÁS DE ALPORTEL, DE 1991 A 2011 (%)



FONTE: INE – RECENSEAMENTOS GERAIS DA POPULAÇÃO.

⁷ De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, apesar de tal informação relativa ao concelho não ser passível de obter, esta é uma hipótese muito viável. De resto, no estudo de Diagnóstico da Saúde na População Imigrante, estudo que se realizou em função da naturalidade de origem dos inquiridos, foi possível perceber que numa amostra de 89 indivíduos 9 têm nacionalidade portuguesa, o que equivale a 10,1% do total. Apesar da amostra não ser aleatória, percebe-se que o resultado é indicativo das tendências que podem estar a registar-se no conjunto da população imigrante do concelho, podendo as perdas de população imigrante serem igualmente explicadas por esta via.

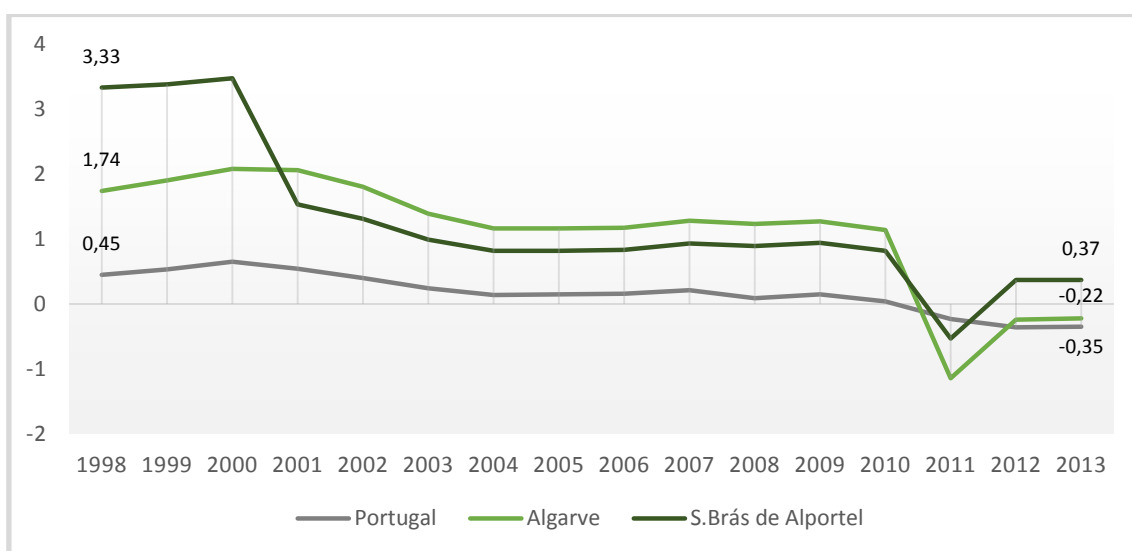
TABELA 2: POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO DE RESIDENTE EM SÃO BRÁS DE ALPORTEL (2008 – 2013)

Ano	População Estrangeira (Nº)	Taxa de variação (%)
2008	1195	-
2009	1158	-3,1
2010	1115	-3,5
2011	1096	-1,7
2012	1031	-5,9
2013	978	-5,1

FONTE: SEFSTAT – SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. CÁLCULO PRÓPRIO DO INDICADOR

A análise da taxa de crescimento migratório revela, no entanto, tendências curiosas ao nível do concelho. Se na região e no país desde 2010 que se regista uma taxa de crescimento migratório negativo, significando que as saídas são superiores às entradas de população, o mesmo não acontece no concelho desde 2012. Tal significa dizer que em São Brás de Alportel, apesar de se virem registando perdas de imigrantes, há um processo de migrações nacionais que estão a compensar essas mesmas perdas.

GRÁFICO 4: TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO EM PORTUGAL, ALGARVE E SÃO BRÁS DE ALPORTEL, DE 1998 A 2013



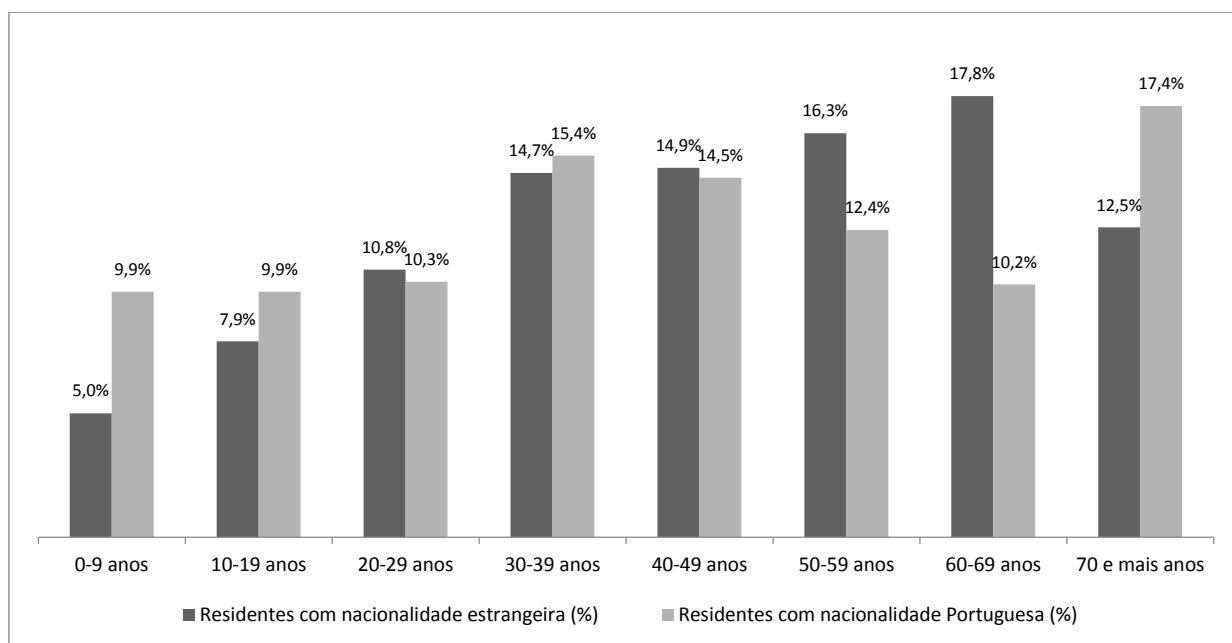
FONTE: INE – ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS

Se nas últimas décadas os fluxos de imigração foram um dos elementos contributivos para o aumento da população local, o mesmo não se pode dizer em relação à sua capacidade de rejuvenescimento. De acordo com o *Diagnóstico de Necessidades da População Imigrante* realizado

em 2008 a distribuição da população estrangeira por grupo etário refletia o perfil dual de imigração existente, que será retratado posteriormente. Assim, havia uma tendência para a população da Europa do Leste e de países do Sul em terem uma estrutura mais rejuvenescida da sua população.

No entanto, os dados dos Censos de 2011 vêm demonstrar uma mudança significativa na estrutura demográfica da população imigrante. A população com nacionalidade estrangeira com idades compreendidas entre os 40 e os 70 anos tinha uma representação na população total estrangeira muito superior àquela registada no conjunto da população. Nos grupos etários mais jovens, nomeadamente aqueles que têm idades inferiores a 20 anos, verificou-se precisamente o oposto – ou seja, a representação de nacionais estrangeiros era inferior ao que se verificava na distribuição da população do concelho. Parece evidente que esta transição na estrutura demográfica da população imigrante se afirma como uma resposta não esperada e não desejada face ao contexto emergente de crise económica que se verificou desde o ano de 2008, altura em que havia sido desenvolvida a recolha de dados para esse diagnóstico.

GRÁFICO 5: POPULAÇÃO COM NACIONALIDADE ESTRANGEIRA E PORTUGUESA SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO (%), EM 2011

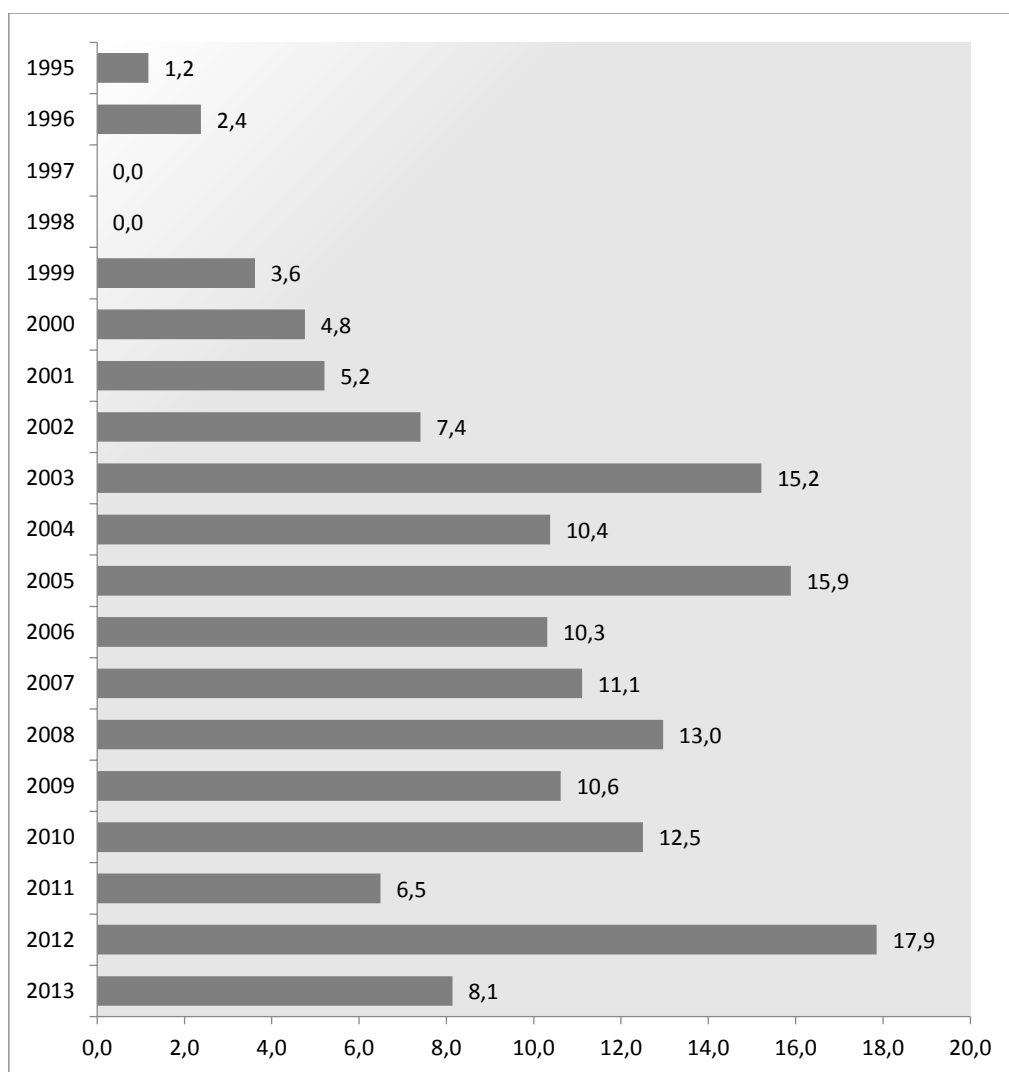


FONTE: IMAD

O contributo da população estrangeira para a natalidade local tem sido muito inconstante, pese embora com significado importante nalguns anos, como é o caso de 2003, 2005 e 2012 em que os nascidos vivos de mães com nacionalidade estrangeira representavam mais de 15% do total dos nascimentos registados. Foi no ano de 2012 que se registou uma maior representação dos nascimentos de mães imigrantes, perfazendo um total de 17,9% no total dos nascimentos registados no concelho, pese

embora esse valor tenha diminuído significativamente para 8,1% no ano seguinte. Não se encontram razões específicas para estas variações, considerando que seria expectável uma diminuição deste indicador, dada a tendência de perda da população imigrante do concelho. De ressaltar, no entanto, que os valores registados mais recentemente são bastante superiores àqueles que se foram verificando entre 1995 e 1998, o que demonstra o contributo da população imigrante residente para a renovação da população local. De qualquer forma, tal não está a ser suficiente para o seu rejuvenescimento nem para combater as tendências de diminuição da população imigrante no concelho. Não se pode deixar de referir sobre a possibilidade de parte destes nados-vivos poderem estar a obter nacionalidade portuguesa não sendo contabilizados no conjunto da população imigrante, e não é igualmente de excluir a possibilidade de haver da população imigrante que possa estar a obter nacionalidade portuguesa o que obviamente tem impacto na variação da população imigrante residente registada.

GRÁFICO 6: NADOS VIVOS DE MÃES COM NACIONALIDADE ESTRANGEIRA NO CONJUNTO DE NADOS VIVOS DE MÃES RESIDENTES NO CONCELHO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL (%), DE 1995 A 2013



FONTE: INE – CÁLCULO PRÓPRIO DO INDICADOR.

2.2. Perfis distintos nos imigrantes residentes e as micro representações das nacionalidades presentes no concelho

De acordo com o *Diagnóstico de Necessidades da População Imigrante*, São Brás de Alportel é caracterizado por deter um perfil dual dos imigrantes residentes. Por um lado, encontram-se os imigrantes denominados de elite, dominando aqueles de origem na Europa e América do Norte, com fragilidades no domínio da língua portuguesa, com um perfil etário mais envelhecido e onde domina a escolha do país por motivos de lazer e de descanso (geralmente associado ao gozo do período de reforma). Este perfil dominante não exclui, obviamente, a existência de exceções, pese embora demonstre bem a existência de grupos de imigrantes cujo processo de integração se dá entre pares de residentes com o domínio da mesma língua materna ou onde o domínio do inglês é suficiente para o estabelecimento das redes de sociabilidade cotidianas.

O outro perfil, denominado de subsistência é bastante distinto. Caracterizado pelo domínio de população originária das ex-colónias (PALOP's e Brasil), da Europa de Leste e de outros países do Sul, tem como características comuns a opção pelo país por razões de subsistência. Naqueles cuja língua portuguesa não é materna há uma necessidade objetiva de aprendizagem do português como forma de integração no mercado de trabalho. É neste grupo onde se encontram as situações de maior vulnerabilidade social pela sua dependência do mercado de trabalho, em particular em domínios de empregabilidade que hoje estão mais fragilizados (sendo mais emblemático o caso da construção civil).

As opções residenciais são igualmente distintas, havendo uma preferência pela escolha de habitação no centro da vila por parte dos imigrantes de sobrevivência e a escolha por locais mais isolados e distantes da vila faz-se preferencialmente pelos imigrantes de elite.

A observação da estrutura de imigração local permite-nos perceber que o território se caracteriza por uma grande diversidade de nacionalidades, algumas das quais sub-representadas, podendo dificultar a criação de redes locais e mesmo o processo de integração. Em 2013, os 978 residentes com nacionalidade estrangeira estavam distribuídos por 46 nacionalidades diferentes. Acresce que a sua distribuição por nacionalidade é igualmente muito desigual. A comunidade britânica era a mais representada (32,2%), seguindo-se a comunidade ucraniana representando 17% da população estrangeira residente e a comunidade alemã (10,8%). Trata-se de uma distribuição distinta daquela registada ao nível nacional, onde as comunidades imigrantes mais populosas são as do Brasil, Ucrânia e Cabo Verde. Em 34 nacionalidades distintas verifica-se um número inferior a 10 residentes estrangeiros.

Em função das distintas nacionalidades verificaram-se tendências distintas. Conclui-se que de 2008 a 2013, existiram algumas comunidades de imigrantes que contrariam a tendência de abandono do concelho, nomeadamente naqueles com origem em África do Sul, Bielorrússia,

Bulgária, Canadá, Espanha, Finlândia, Índia, Itália e México. Há menos de 10 residentes nacionais em cada um desses países. Os aumentos mais importantes registam-se na comunidade chinesa e holandesa – no primeiro caso com um aumento de quase 100% e no segundo 17% (em 2008 registavam-se 13 residentes com origem na China e 43 com origem na Holanda, e em 2013, o número de residentes registados era de 25 e 50 respetivamente). De sublinhar a emergência de um fluxo específico de imigrantes inexistente em 2008, mas que se parece querer afirmar nos últimos anos. Tal aplica-se no caso da comunidade paquistanesa que aparece pela primeira vez no registo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2010 com um residente e eleva esse valor para 6 residentes em 2013. Trata-se de uma comunidade ainda muito sub-representada mas cujo fluxo merece atenção.

As perdas mais assinaláveis registam-se na população imigrante de sobrevivência. As comunidades brasileira, moldava e russa tiveram perdas substanciais de representação entre o período de referência. Também a comunidade britânica – a mais populosa localmente – registou uma perda do número de residentes, mas a sua representação no conjunto da população estrangeira residente aumentou.

TABELA 3: ESTRANGEIROS RESIDENTES NO CONCELHO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL SEGUNDO A NACIONALIDADE, DE 2008 A 2013

	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.
São Brás de Alportel	1195	100,0	1158	100,0	1115	100,0	1096	100,0	1031	100,0	978	100,0
África do Sul	1	0,1	1	0,1	1	0,1	2	0,2	2	0,2	3	0,3
Alemanha	117	9,8	116	10,0	112	10,0	109	9,9	111	10,8	106	10,8
Angola	6	0,5	5	0,4	7	0,6	7	0,6	8	0,8	4	0,4
Argélia	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1
Argentina	2	0,2	2	0,2	1	0,1	-	-	1	0,1	-	-
Austrália	3	0,3	3	0,3	1	0,1	2	0,2	2	0,2	2	0,2
Áustria	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1
Bangladesh	1	0,1	1	0,1	-	-	-	-	-	-	1	0,1
Bélgica	16	1,3	18	1,6	18	1,6	15	1,4	17	1,6	16	1,6
Benin	1	0,1	1	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Bielorrússia	2	0,2	2	0,2	-	-	2	0,2	2	0,2	4	0,4
Bolívia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1
Brasil	132	11,0	136	11,7	120	10,8	113	10,3	107	10,4	95	9,7
Bulgária	5	0,4	6	0,5	9	0,8	7	0,6	7	0,7	7	0,7
Cabo Verde	10	0,8	12	1,0	12	1,1	9	0,8	7	0,7	9	0,9
Canadá	12	1,0	13	1,1	13	1,2	12	1,1	14	1,4	13	1,3
China	13	1,1	15	1,3	10	0,9	17	1,6	25	2,4	25	2,6

(continua)

(continuação)

	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
Colômbia	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	-	-	1	0,1
Congo (República Democrática)	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	-	-
Dinamarca	2	0,2	1	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Eslováquia	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	1	0,1
Espanha	7	0,6	9	0,8	8	0,7	8	0,7	8	0,8	8	0,8
Estados Unidos da América	8	0,7	8	0,7	7	0,6	8	0,7	9	0,9	8	0,8
Etiópia	-	-	-	-	-	-	1	0,1	1	0,1	1	0,1
Finlândia	2	0,2	2	0,2	3	0,3	3	0,3	3	0,3	3	0,3
França	33	2,8	29	2,5	27	2,4	29	2,6	28	2,7	25	2,6
Guiné Bissau	9	0,8	3	0,3	3	0,3	3	0,3	3	0,3	3	0,3
Holanda	43	3,6	44	3,8	41	3,7	46	4,2	45	4,4	50	5,1
Iémen	-	-	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1
Índia	2	0,2	2	0,2	6	0,5	5	0,5	5	0,5	4	0,4
Irlanda	13	1,1	12	1,0	10	0,9	11	1,0	9	0,9	11	1,1
Itália	7	0,6	7	0,6	9	0,8	10	0,9	9	0,9	8	0,8
Japão	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1
Letónia	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	-	-
Luxemburgo	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1
Malásia	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	-	-	-	-
Marrocos	2	0,2	2	0,2	2	0,2	1	0,1	1	0,1	2	0,2
México	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	2	0,2
Moldávia	69	5,8	54	4,7	49	4,4	46	4,2	33	3,2	28	2,9
Nepal	1	0,1	1	0,1	1	0,1	-	-	-	-	-	-
Nigéria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1
Noruega	-	-	-	-	-	-	1	0,1	1	0,1	1	0,1
Nova Zelândia	2	0,2	1	0,1	1	0,1	-	-	-	-	-	-
Paquistão	-	-	-	-	1	0,1	5	0,5	6	0,6	6	0,6
Polónia	4	0,3	4	0,3	4	0,4	4	0,4	1	0,1	1	0,1
Reino Unido	332	27,8	323	27,9	321	28,8	325	29,7	311	30,2	315	32,2
República Checa	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1
Roménia	18	1,5	19	1,6	20	1,8	25	2,3	20	1,9	18	1,8
Rússia	37	3,1	36	3,1	31	2,8	19	1,7	14	1,4	9	0,9
São Tomé e Príncipe	2	0,2	2	0,2	2	0,2	2	0,2	-	-	1	0,1
Suécia	7	0,6	5	0,4	5	0,4	5	0,5	5	0,5	4	0,4
Suíça	11	0,9	8	0,7	8	0,7	11	1,0	9	0,9	7	0,7
Trindade e Tobago	2	0,2	2	0,2	2	0,2	2	0,2	2	0,2	2	0,2
Ucrânia	250	20,9	241	20,8	238	21,3	219	20,0	194	18,8	166	17,0
Venezuela	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,1	-	-

V. A. – VALORES ABSOLUTOS

V. R. – VALORES RELATIVOS

FONTE: SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. CÁLCULO PRÓPRIO DOS INDICADORES.

No que respeita aos nacionais de países terceiros regista-se uma perda mais assinalável do que a registada para o conjunto dos estrangeiros residentes. De 2008 a 2013 verificou-se uma perda de 31,5% da população residente estrangeira nacional de países terceiros, registando-se em 2008 um total de 587 residentes e, em 2013, 402. Também a sua representação na população total e imigrante diminuiu. Em 2008 representavam 5,6% da população total e 49,1% da população estrangeira residente. Em 2013, esses valores situam-se em 3,8% e 41,1% respetivamente. A diversidade de nacionalidades em presença é elevada – em 2008 registavam-se 31 nacionalidades distintas nos oriundos de países terceiros, diminuindo esse valor para 29 em 2013. O que é determinante é o facto das comunidades de países terceiros estarem muito sub-representadas. Em 2008, registavam-se 23 nacionalidades distintas em que os residentes de países terceiros tinham uma representação inferior a 10 habitantes. Em 2013 esse valor diminuiu para 21.

TABELA 4: INDICADORES RELATIVOS A NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
% Imigrantes Países Terceiros na população total	5,6	5,3	4,9	4,6	4,3	3,8
Total Países Terceiros	587	560	524	495	452	402
% no total de estrangeiros residentes	49,1	48,4	47,0	45,2	43,8	41,1
Nº total de nacionalidades com origem em países terceiros	31	32	29	29	27	29
Nº total de nacionalidades com grupos de estrangeiros < 10 habitantes em países terceiros	23	25	22	22	21	24

FONTE: SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. CÁLCULO PRÓPRIO DOS INDICADORES.

2.3. Serviços de Acolhimento e Integração – recursos existentes mas com fragilidades ao nível da divulgação e no atendimento

São Brás de Alportel dispõe de um Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) desde 2006, através de um protocolo estabelecido entre o Município e a Associação In Loco. Funciona no Centro de Apoio à Comunidade, um espaço multisserviços que pretende contribuir para oferecer respostas sistémicas e multidimensionais aos seus beneficiários, donde se incluem especificamente os imigrantes. Paralelamente, o Município criou recentemente a figura do Provedor do Imigrante, um serviço de atendimento que é realizado no edifício central do município e que procura dar resposta imediata aos problemas sentidos pelos imigrantes. A distinção face ao CLAI está na localização, mas também na possibilidade de dar resposta em línguas dominantes nalguns dos estrangeiros residentes que não dominam o português. O atendimento é semanal e é realizado por um voluntário que esclarece as dúvidas e encaminha os imigrantes em língua inglesa

e alemã. Prevê-se poder vir a ampliar a rede de voluntariado de forma a permitir assegurar a comunicação noutras línguas.

Ao nível associativo, é a Casa de Cultura António Bentes – mais conhecida pelo seu grupo Amigos do Museu – que tem desenvolvido um trabalho continuado sobre a população imigrante ao nível local e regional. Pese embora a sua ação seja muito vocacionada para a dinamização sociocultural, certo é que a sua referência no Algarve torna este grupo como um importante recurso para o acolhimento e integração dos imigrantes no concelho. Desenvolvem variadíssimas ofertas de lazer, um espaço de biblioteca com referências bibliográficas em várias línguas, mas também têm grupos específicos com uma atividade mais continuada – o coro, grupo de teatro e clube de fotografia. Acolhem ainda um grupo musical de estrangeiros residentes com origem na Ucrânia, o Grupo JASMIN, que pode realizar os seus ensaios no espaço do Museu do Trajo de São Brás de Alportel, espaço onde funciona o Grupo dos Amigos do Museu. Este grupo realiza ainda ações de capacitação de Português para Estrangeiros, assim como realiza encontros regulares com serviços consulares para estabelecimento de uma maior proximidade com a população estrangeira residente.

Com exceção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e dos serviços consulares, os residentes estrangeiros conseguem aceder localmente aos vários serviços de acolhimento e de integração. As maiores fragilidades referem-se à divulgação desses serviços e do próprio concelho, a par da qualidade no atendimento realizado, em particular no que respeita à menor sensibilidade face à condição de imigrante por parte daqueles que estão responsáveis pelo atendimento direto. Por esta razão, as propostas mais referenciadas relacionam-se com a capacitação dos serviços, de forma a promover uma cultura de diálogo intercultural, e a divulgação dos vários serviços locais existentes de acolhimento e de integração, com especial ênfase no CLAI. A disponibilização de informação atualizada na Internet sobre esses mesmos serviços revela-se como uma opção de baixo custo e que pode ser facilmente atualizável, assim como pode integrar a tradução em várias línguas. Também se sugeriu a criação de um grupo de acolhimento a novos residentes constituído por outros estrangeiros voluntários, para que o processo de integração pudesse estar facilitado.

Ao nível institucional considerou-se que a sedimentação da rede de comunicação entre as várias organizações pode facilitar o acesso à informação por parte dos estrangeiros residentes no concelho. Um exemplo disso refere-se à possibilidade dos Amigos do Museu disporem de uma lista de «FAQ's» às quais o CLAI dá resposta e que podem facilitar na resolução dos problemas imediatos dos imigrantes que procuram nessa associação um apoio à integração. De resto, os Amigos do Museu disponibilizaram-se a integrar no seu espaço toda a informação que venha a ser produzida em várias línguas, respeitante ao acolhimento e integração dada a procura regular que têm deste tipo de serviço. O estabelecimento de uma relação de proximidade entre o CLAI e os

Amigos do Museu também se apresenta como importante, nomeadamente através da realização de sessões de sensibilização no espaço da associação.

2.4. A dualidade do perfil de imigrantes existente refletida na diferenciação das perceções sobre o tema de Urbanismo e Habitação

Quando questionados sobre os problemas existentes ao nível do Urbanismo e Habitação no concelho, os imigrantes presentes no Fórum Intercultural realizado apresentaram visões díspares. Imigrantes oriundos de países com maiores vulnerabilidades sociais e económicas (em particular os nacionais de países terceiros) valorizam o contexto local por relação aos seus países de origem. Os problemas dominantes neste grupo referem-se às situações de maior fragilidade económica, destacando-se a ausência de habitação social, os custos elevados da habitação e as dificuldades no acesso ao crédito. Também se identificou a ausência de informação relativa a direitos e deveres no domínio dos contratos de arrendamento. Ao nível das soluções, os imigrantes propõem o aumento da oferta de habitação social, a disponibilização de informação sobre a habitação disponível e sobre o enquadramento legal dos contratos de arrendamento, assim como a criação de apoios económicos ao arrendamento e incentivo à melhoria das habitações por parte dos senhorios. Ainda se propôs a criação de soluções temporárias de habitação para os imigrantes recém-chegados ao concelho.

Em termos institucionais, o município identifica a dificuldade em encontrar respostas para a procura de habitação social, pese embora não se registre uma procura específica por parte da população imigrante. O mesmo se estende para outras intervenções que impliquem um maior investimento. Em relação à informação relativa aos contratos de arrendamento reconheceu-se a possibilidade de sistematizar essa de forma a torná-la acessível e clara à população estrangeira residente.

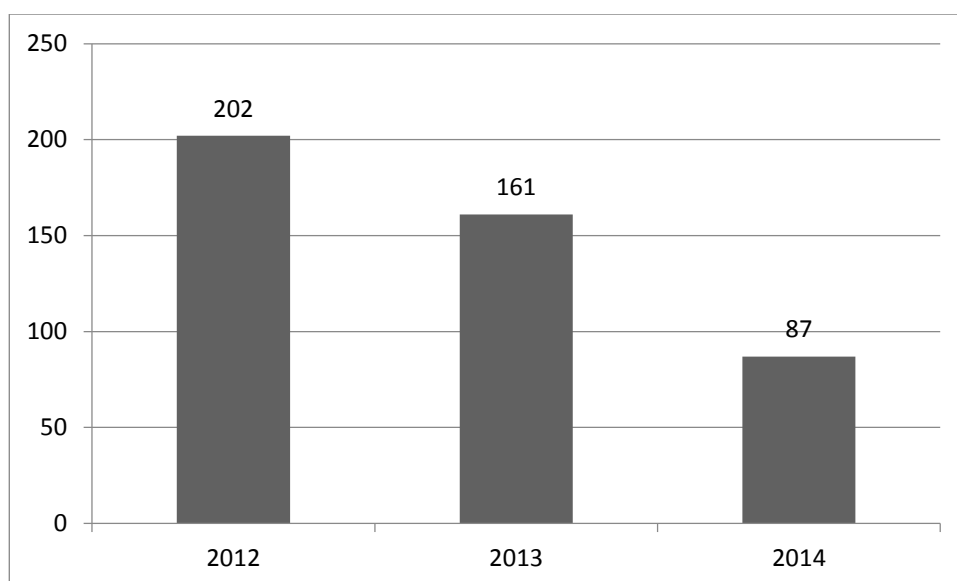
Em relação à população com nacionalidade europeia destacam-se outras preocupações (embora algumas sejam partilhadas por outros imigrantes) relacionadas essencialmente com as condições de segurança, a qualidade paisagística e o edificado existente. Assim, porque há uma comunidade imigrante que escolhe preferencialmente como espaço de residência locais mais isolados do concelho, essa refere o sentimento de insegurança que é reforçado pela fragilidade de iluminação das vias públicas. Referiram-se problemas relacionados com a falta de qualidade na construção das redes viárias, perda do cariz tradicional das habitações do concelho aliado a construções com espaços pequenos de varandas, difíceis acessos a população com mobilidade condicionada, inexistência de condições para circulação em segurança para ciclistas, existência de

passeios que nem sempre facilitam a mobilidade de peões. Referenciaram-se ainda outras questões que se relacionam com fatores de ordem cultural e organizativa, nomeadamente a falta de civismo no estacionamento das viaturas e a colocação de caixotes de lixo em frente às habitações que originam situações de menor salubridade.

Porque se tratam de problemas essencialmente relacionados com a atuação do município, constatou-se pela possibilidade de aumentar a iluminação das vias públicas. Quanto às condições de mobilidade, o município prevê atuar nessa frente dispondo do Plano Municipal “São Brás Acessível para Todos”. Parte da intervenção que está a ser equacionada dependerá de financiamentos comunitários que prevejam a melhoria da mobilidade e que estão neste momento a ser avaliados pelo município.

Em relação ao sentimento de insegurança, reconhecendo-se que parte dos imigrantes recorre a empresas privadas para vigilância das habitações, também se identificou a possibilidade de divulgação e de extensão do programa Residência Segura, que é operacionalizada pela Guarda Nacional Republicana. Na verdade, os dados relativos à implementação deste programa revelam que o sentimento de insegurança referenciado não tem paralelo com a procura registada. Nos últimos anos tem-se vindo a registar uma diminuição acentuada da procura, por razões que se desconhecem, mas que poderão justificar a necessidade de reforço de informação em relação ao programa.

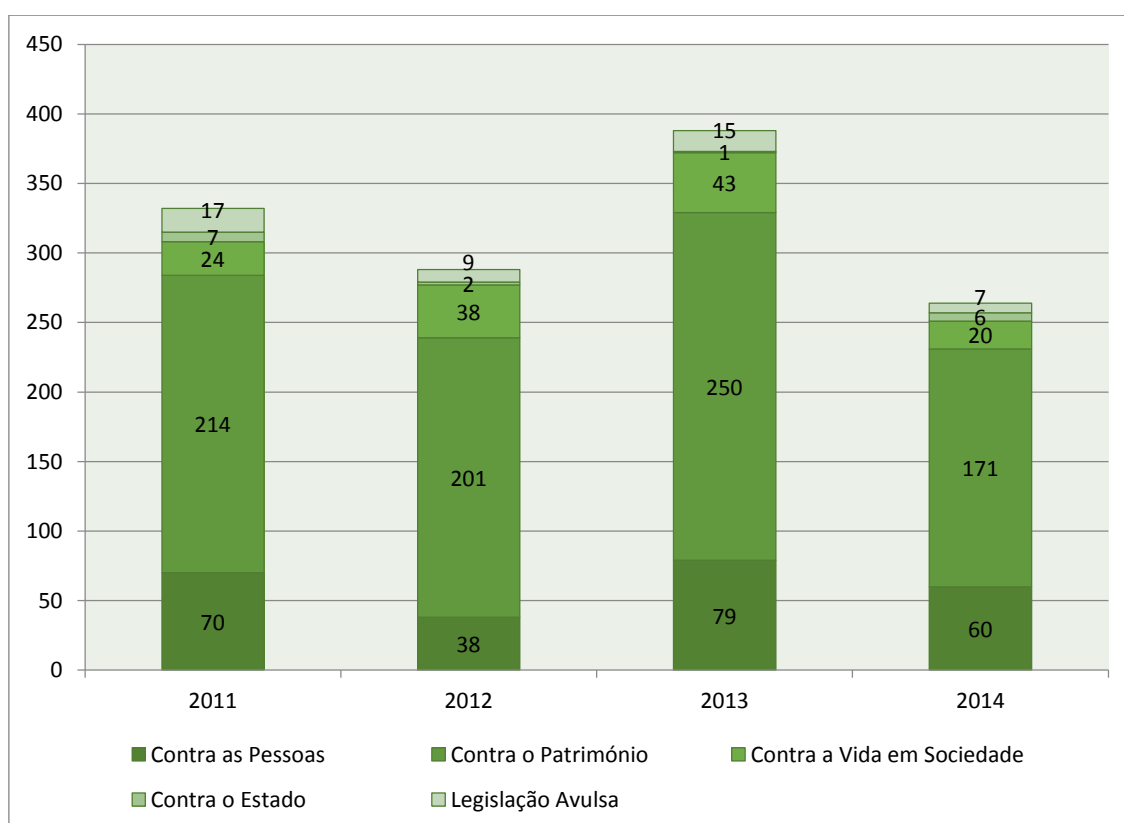
GRÁFICO 7: Nº DE FOGOS INTEGRADOS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA SEGURA, DE 2012 A 2014



FONTE: GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

Mesmo os dados relativos à criminalidade no concelho têm sido muito variáveis tendo-se registado no último ano um decréscimo importante face ao ano de 2013, o que revela que o sentimento de insegurança não é necessariamente complementar à prática objetiva de crime, em particular no que respeita aos crimes contra o património, apesar destes representarem a parte importante dos crimes registados em São Brás de Alportel.

GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIMES REGISTRADOS EM SÃO BRÁS DE ALPORTEL, POR TIPOLOGIA DE CRIMES, DE 2011 A 2014



FONTE: GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

2.5. Uma diminuição do desemprego aliada a uma perceção negativa do mercado de trabalho e fragilidades ao nível da promoção do empreendedorismo local

A análise de empregabilidade associada à população imigrante pode não ser linear. Na verdade, os dados estatísticos disponíveis podem não ser fieis às dificuldades objetivas sentidas pelos imigrantes. Em primeiro lugar porque as condições de inserção no mercado e trabalho nem

sempre permitem a inscrição nos Centros de Emprego em situação de desemprego. Por outro lado, porque a diminuição formal do desemprego pode corresponder a uma ausência de procura local por parte dos imigrantes, levando aqueles que dependem do trabalho como fonte de subsistência a recorrerem a novos percursos migratórios. Esse pode ser o caso em São Brás de Alportel.

Em 2011, a taxa de desemprego nos residentes com origem em países terceiros era substancialmente superior à registada no total da população – sendo no primeiro caso de 21,6% e de 12,2% no segundo. No entanto, a taxa de atividade nessa população imigrante era igualmente bastante superior à verificada no concelho, o que é justificado pela presença no concelho com o objetivo de alcance de uma situação laboral que permita a detenção de rendimentos que permita a sua subsistência. Nesse ano, a taxa de atividade nos nacionais de países terceiros era de 74,5% quando na população era de 55,2%.

O perfil de imigração de elite descrito anteriormente reflete-se igualmente nos indicadores de empregabilidade respeitantes à população originária de outros países europeus, onde apenas 29,2% era ativa.

TABELA 5. TAXA DE EMPREGO, DE DESEMPREGO E DE ATIVIDADE SEGUNDO A NACIONALIDADE E A NATURALIDADE, EM 2011

	Taxa de emprego	Taxa de desemprego	Taxa de atividade
Total da população	87,8%	12,2%	55,2%
Estrangeiros EU	90,7%	9,3%	29,2%
Estrangeiros não-UE	78,4%	21,6%	74,5%
Naturais do estrangeiro	84,4%	15,6%	61,3%

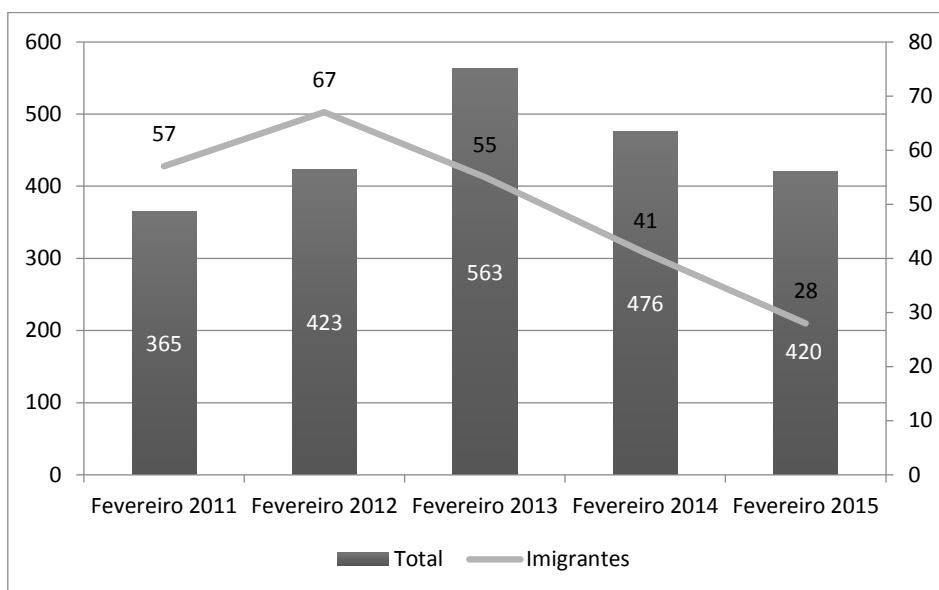
FORNTE: IMAD

É previsível que na ausência de respostas por parte do mercado de trabalho parte dessa população – em particular a natural de países terceiros – tenha encontrado outras soluções de integração fora do concelho. De resto, segundo os dados oficiais disponibilizados pelo IEFP, o desemprego na população imigrante tem vindo a diminuir no concelho. Tendo-se registado, paralelamente, uma diminuição da população imigrante a residir em São Brás de Alportel, tal poderá ser justificada pela ausência de emprego, na medida em que o comportamento do desemprego na população imigrante é distinto daquele registado para o conjunto da população residente no concelho.

A população desempregada imigrante tem tido uma representação diferenciada na população desempregada total. Em fevereiro de 2011 e de 2012, o desemprego na população imigrantes estava a aumentar, tendo descido nos períodos homólogos dos anos seguintes até 2015. Em fevereiro deste ano registavam-se 28 desempregados imigrantes, que representavam 6,7% do total do desemprego registado no concelho. O ritmo de diminuição do desemprego é bastante

mais acelerado na população imigrante do que o registado para o concelho. De fevereiro de 2011 até ao mesmo mês de 2015, registou-se uma perda de cerca de metade dos desempregados, quando no concelho o valor mais recente é ainda superior ao registado em fevereiro de 2011 apesar de ter vindo a registar uma diminuição desde fevereiro de 2013. Este ritmo diferenciado vem corroborar a hipótese considerada inicialmente de que poderá esta diminuição do desemprego estar aliada à diminuição da população imigrante a residir no concelho.

GRÁFICO 9: POPULAÇÃO DESEMPREGADA TOTAL E POPULAÇÃO IMIGRANTE DESEMPREGADA, DE FEVEREIRO DE 2011 A FEVEREIRO DE 2015



FONTE: INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em relação à distribuição da população desempregada segundo a nacionalidade, conclui-se que ao longo dos últimos anos as comunidades brasileira e ucraniana têm sido as que apresentam uma maior representação no total dos desempregados imigrantes. Em fevereiro de 2015 os desempregados ucranianos destacavam-se na estrutura global do desemprego imigrante, pese embora em todas as nacionalidades se tenha vindo a registar uma diminuição dos desempregados.

TABELA 6. POPULAÇÃO DESEMPREGADA ESTRANGEIRA, DE FEVEREIRO DE 2011 A FEVEREIRO DE 2015

	Valores absolutos					Valores relativos				
	fev/11	fev/12	fev/13	fev/14	fev/15	fev/11	fev/12	fev/13	fev/14	fev/15
Alemanha	3	5	2	1	2	5,3	7,5	3,6	2,4	7,1
Angola	-	-	1	2	2	-	-	1,8	4,9	7,1
Bélgica	1	-	-	-	-	1,8	-	-	-	-
Brasil	6	11	3	7	3	10,5	16,4	5,5	17,1	10,7
Bulgária	-	1	1	1	-	-	1,5	1,8	2,4	-
Cabo Verde	2	2	1	1	1	3,5	3,0	1,8	2,4	3,6
Eslováquia	-	-	1	1	-	-	-	1,8	2,4	-
Espanha	-	-	-	1	-	-	-	-	2,4	-
França	4	2	2	1	2	7,0	3,0	3,6	2,4	7,1
Índia	-	1	1	-	-	-	1,5	1,8	-	-
Guiné-Bissau	1	-	1	1	-	1,8	-	1,8	2,4	-
Holanda	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3,6
Letónia	1	-	-	-	-	1,8	-	-	-	-
Moldávia	9	8	3	3	1	15,8	11,9	5,5	7,3	3,6
Reino Unido	1	2	2	-	-	1,8	3,0	3,6	-	-
República Checa	-	-	1	-	1	-	-	1,8	-	3,6
Roménia	-	2	5	4	3	-	3,0	9,1	9,8	10,7
Rússia	3	6	2	5	1	5,3	9,0	3,6	12,2	3,6
Suécia	-	-	1	-	1	-	-	1,8	-	3,6
Ucrânia	25	27	27	12	10	43,9	40,3	49,1	29,3	35,7
Zaire	1	-	1	1	-	1,8	-	1,8	2,4	-
Total	57	67	55	41	28	100	100	100	100	100

FONTE: INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. CÁLCULO PRÓPRIO DOS INDICADORES.

Na distribuição da população estrangeira imigrante desempregada segundo o tempo de inscrição, o género, a escolaridade e o tipo de situação no desemprego não se registam diferenças significativas quando comparada com a distribuição da população desempregada do concelho.

A tendência de evolução do desemprego na população imigrante contrasta com a perceção que os próprios têm em relação ao mercado de trabalho. Assim, em relação a este domínio de intervenção referem existir um elevado desemprego, falta de ofertas de trabalho e dificuldade no acesso à informação sobre o emprego disponível no concelho e arredores. Em relação ao perfil de acesso ao emprego, as maiores limitações sentidas pelos imigrantes relaciona-se com a desvalorização das formações anteriores que leva a que tendencialmente os imigrantes tenham acesso a trabalhos menos qualificados do que os nacionais com iguais níveis de habilitações. Referiu-se ainda a dificuldade no acesso ao emprego por não domínio da língua portuguesa. Quanto às características da inserção referiu-se como fragilidade a sazonalidade na oferta de trabalho.

Em relação às propostas para obviar estes problemas, algumas das soluções identificadas não dependem de uma atuação pública de base local, nomeadamente: i) a necessidade do Estado disponibilizar mais apoio ao emprego; e, ii) a criação de mais postos de trabalho. Outras propostas não dependem sequer de uma atuação pública, a saber: i) valorizar as capacidades individuais e o currículo prévio; ii) não colocar o domínio da língua portuguesa como entrave à integração profissional (o que obviamente depende sempre do tipo de função a desempenhar). Foi ainda proposta a melhoria no serviço de atendimento do Centro de Emprego. Da parte dos serviços de emprego foi referenciado que não tem havido procura de reconhecimento de certificados por parte dos imigrantes, o que se justifica pelo facto da sua maioria não trazer consigo os seus certificados do país de origem. A validação das competências é sempre dificultada pelos elevados custos que o processo comporta. No que respeita à formação de Português para Todos, o Instituto de Emprego e Formação Profissional disponibiliza essa oferta para imigrantes desempregados. Só o acesso a algumas formações é que é condicionado por falta de prova das habilitações literárias de origem. De resto, ao nível local ainda existe uma outra oferta formativa regular em português, dinamizada pela Casa de Cultura António Bentes – grupo Amigos do Museu.

Na área do empreendedorismo foi referenciada a dificuldade existente para a criação de empresas, justificando-se a necessidade de criar incentivos a pequenos empreendedores. Reconhecendo-se a inexistência de informação traduzida para várias línguas, respeitante aos sistemas de incentivos disponíveis, certo é que esses existem e a nacionalidade não é condição de exclusão. De resto, reconhece-se que o concelho de São Brás de Alportel dispõe de algumas empresas que são dinamizadas pelos imigrantes. Percebendo-se que não se tratará tanto da ausência de incentivos, mas de ausência de informação a prioridade de atuação para estímulo ao empreendedorismo deve situar-se ao nível da disseminação da informação sobre o que existe.

2.6. Um aumento da população escolar imigrante e uma população adulta com dificuldades no domínio da língua portuguesa

Contrariando as tendências de perda da população imigrante, desde o ano letivo 2012/2013 que a população escolar estrangeira tem vindo a aumentar. O número de estudantes a frequentar o 1º ciclo de ensino parece perspetivar a continuidade deste crescimento. Podem existir dois tipos de explicação hipotética para esta contradição informativa: i) o registo de residência poder não estar a ser feito no concelho ou haver mudança de residência não tendo sido prestada a devida informação ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; ii) a população imigrante que está a permanecer no concelho tem ou continua a ter filhos (de resto em relação aos nados-vivos

verificámos tendências muito irregulares no respeitante àqueles que são filhos de mães estrangeiras). De resto o que se verifica em relação à distribuição da população escolar estrangeira é inverso ao que está a ocorrer com toda a população escolar no concelho – que desde o ano letivo 2011/2012 tem vindo a diminuir. Neste último ano letivo, havia 34 estudantes nacionais de países terceiros distribuídos pelos vários ciclos de ensino, representando 42,5% da população escolar.

TABELA 7. ALUNOS ESTRANGEIROS A FREQUENTAR OS DIFERENTES NÍVEIS DE ENSINO, DE 2011/2012 A 2014/2015

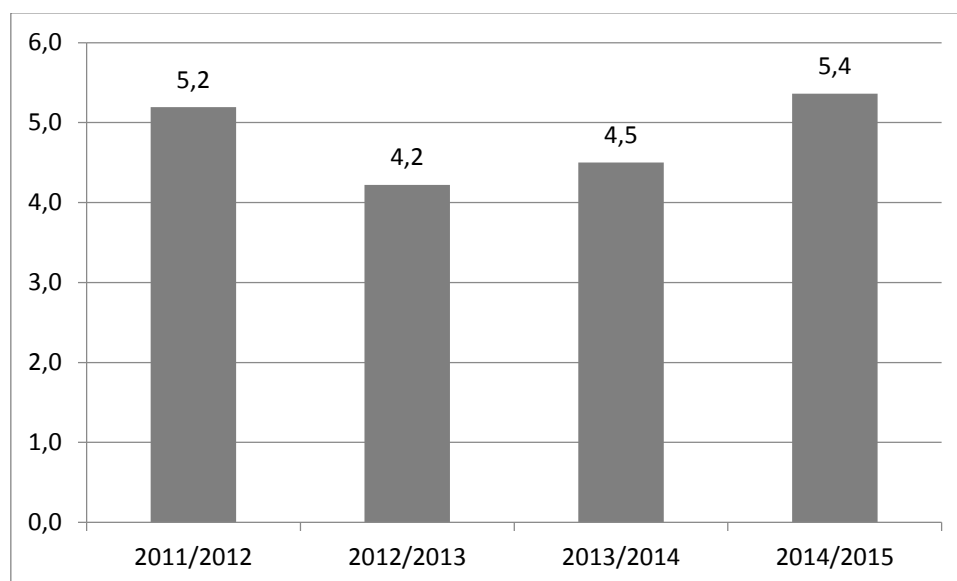
Ano Letivo	Nº de alunos estrangeiros					
	Pré-Escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Total
2011/2012	3	13	18	20	18	72
2012/2013	5	7	10	18	24	64
2013/2014	2	12	10	18	26	68
2014/2015	5	22	13	20	20	80

FONTE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ BELCHIOR VIEGAS

Este crescimento da população escolar estrangeira, quando se verifica o inverso na população escolar total contribui para o aumento da representação da primeira no total. Assim, desde 2011/2012 que a representação da população escolar estrangeira tem vindo a aumentar. Neste ano letivo representa 5,4% do total da população escolar do concelho.

Obviamente que estas tendências obrigam a preocupações específicas, nomeadamente no que respeita ao domínio da língua portuguesa, para aqueles que não têm o português como língua materna. De resto, um dos problemas referenciados pelos imigrantes refere-se à dificuldade que os próprios têm em apoiar os seus filhos ao nível da escola, em particular no respeitante ao português. Da parte do Agrupamento de Escolas reconhece-se que os professores vão procurando integrar da melhor forma possível os alunos com dificuldades em português (mesmo para aqueles cuja língua materna é o português mas cuja pronúncia é muito distinta, o que se aplica a alunos estrangeiros vindos de PALOP's). O apoio que é dado é insuficiente para suprir as necessidades, dado que formalmente esse deixou de existir.

GRÁFICO 10: TOTAL DE ALUNOS ESTRANGEIROS NO CONJUNTO DA POPULAÇÃO ESCOLAR (EM %)



FONTE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ BELCHIOR VIEGAS. TRATAMENTO PRÓPRIO DOS DADOS.

A população natural de um país estrangeiro tem, em regra, maiores níveis de escolarização do que a população residente total. Em 2011, praticamente 3/5 da população natural do estrangeiro tinha atingido o nível secundário e superior. Os estrangeiros originários da União Europeia eram os que tinham níveis de habilitações literárias mais elevados mas nos estrangeiros com origem em países terceiros também tinham níveis de habilitações literárias mais elevados do que os registados ao nível da população residente no concelho.

TABELA 8. POPULAÇÃO SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E A NACIONALIDADE E A NATURALIDADE, EM 2011

	Nenhum	1º Ciclo E.Básico	2ºCiclo E.Básico	3ºCiclo E.Básico	Ensino Secundário e Pós- Secundário	Ensino Superior
Total da população	18,6%	26,6%	11,7%	15,7%	16,8%	10,6%
Estrangeiros UE	13,6%	4,5%	5,2%	14,8%	40,7%	21,0%
Estrangeiros não-EU	11,0%	7,1%	8,1%	21,0%	39,7%	13,0%
Naturais do estrangeiro	7,9%	5,3%	8,1%	19,8%	38,2%	20,7%

FONTE: IMAD.

Apesar desta performance escolar mais positiva na população estrangeira ou com naturalidade no estrangeiro, é ao nível da população adulta que se apresentam maiores dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa, em particular para os ativos e reformados (dado que os desempregados têm esse suporte assegurado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional). Os imigrantes que participaram no plano referenciaram a inexistência de oferta de português nas escolas, anteriormente desenvolvida. Outros referenciaram a desadequação dos horários da formação anteriormente existente face aos horários laborais. Da parte do Agrupamento essa situação é justificada pelo número mínimo de participantes exigido para assegurar o funcionamento das ações de português para todos. No entanto, revela-se unanimidade no entendimento de que a ausência de domínio da língua portuguesa é uma condicionante no acesso ao mercado de trabalho. No corrente ano o Agrupamento de Escolas conseguiu atingir o número mínimo de candidatos à abertura dessa oferta (26 inscritos) no entanto não foi autorizado superiormente a sua realização.

Fruto do perfil de imigração existente no concelho, caracterizado por uma parte que vem viver para Portugal na fase da reforma, identificam-se dificuldades adicionais na aprendizagem do português, que carecem outras opções pedagógicas e curriculares face ao que é desenvolvido para os ativos.

Houve um conjunto distinto de propostas realizadas pelos imigrantes para ultrapassar estas dificuldades e para dar resposta aos desafios locais. Uma relaciona-se com o ensino de mais línguas – considerando o perfil turístico da região em que o concelho se insere – apostando essencialmente ao nível do ensino do inglês, do alemão e do francês. O Instituto de Emprego e Formação Profissional dispõe desta oferta, assim como é possível obtê-la em entidades formadoras (caso da Associação In Loco ao nível local, mas também de outras nas proximidades do concelho). Ao nível da oferta formativa em português deverá ser assegurada a gratuitidade na frequência, da mesma forma que se deve apostar no aperfeiçoamento do português para estrangeiros, para aqueles que já têm algum domínio da língua. Uma outra proposta tem um índole mais cultural que ultrapassa a atuação pública e das instituições locais, e refere-se ao estímulo à comunicação em português no conjunto dos estrangeiros residentes.

2.7. Dificuldade no acesso à informação sobre a oferta formativa existente e constrangimentos associados ao reconhecimento de competências

Ao nível da promoção da formação, a única entidade local acreditada é a Associação In Loco, pese embora existam igualmente ações de formação promovidas pelo Instituto de Emprego e

Formação Profissional ao nível do concelho. Apesar dessa oferta formativa poder ser consultada na sede da Associação In Loco e no Gabinete de Inserção Profissional, uma das fragilidades apontadas pelos imigrantes relaciona-se com o desconhecimento da oferta formativa existente, sugerindo-se que o Município de São Brás pudesse ter, a este nível, um papel de disseminação da informação existente. Assim, alguns imigrantes identificam a falta de oferta formativa como um problema local, em particular ao nível do desenvolvimento da língua portuguesa. No entanto, em relação às ações de formação de Português para Todos promovidas pelo Instituto de Emprego, tais exigem como condição de acesso a situação de desemprego, na exata medida em que outras ações do mesmo tipo poderão ser promovidas por outras entidades acreditadas para o fazer (como é o caso das escolas, apesar de tal não ter sido viabilizado no último ano).

Uma outra dificuldade que foi identificada refere-se ao nível do reconhecimento, validação e certificação de competências obtidas nos países de origem. A burocratização e os custos dos processos de tradução dos certificados de qualificações de origem dificulta essa validação de competências. No entanto, havendo dificuldades a este nível, há sempre a opção de recurso à rede de Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP's) para tentar ultrapassar essas limitações identificadas. Tal oferta deixou de existir no concelho, obrigando a que aqueles que queiram aceder a estes processos o tenham de fazer fora do contexto de residência.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional continua a desenvolver processos de dupla certificação – escolar e profissional – o que pode ser uma mais-valia para os estrangeiros que tenham competências profissionais específicas que pretendam ver reconhecidas ao nível nacional. Não sendo possível cumprir com o desafio de criação de um centro de apoio para validação e certificação de competências, proposto pelos imigrantes, há sempre a possibilidade do Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes poder vir a realizar o devido encaminhamento para a oferta existente.

2.8. Necessidade de estímulo e divulgação das atividades interculturais locais

O concelho de São Brás de Alportel tem algumas associações culturais e socio-recreativas locais, se bem que no domínio da interculturalidade parte importante da oferta existente esteja centrada no Município e na Casa de Cultura António Bentes (Amigos do Museu).

No que respeita aos problemas ao nível da área cultural, os imigrantes participantes do Fórum Intercultural destacaram os seguintes: pouca oferta de exposições e de cinema a preços acessíveis; pouca partilha de informação sobre outras culturas; falta a participação de mais artistas

estrangeiros; insuficiente divulgação das iniciativas de outras culturas; dificuldade em compatibilizar os horários laborais com o horário em que os eventos são promovidos; desconhecimento da versão inglesa da agenda cultural; desinteresse dos são-brasenses sobre as atividades promovidas pelos imigrantes.

Face ao exposto, foram várias as propostas realizadas. Por um lado, propôs-se o apoio a grupos musicais de outras culturas para dinamizar o concelho, em particular para estímulo à criação de grupos infantis interculturais. Por outro lado, propôs-se a partilha de música entre os diferentes grupos de diferentes culturas existentes no concelho, o que se insere numa proposta mais abrangente de incentivo à realização de eventos que envolvam outras culturas. No domínio das atividades musicais os imigrantes sugeriram ainda a realização de mais concertos, assim como o convite a mais estrangeiros para atuarem no concelho. Foi ainda proposta a realização de um maior número de intercâmbios das escolas com jovens de escolas de outros países.

No que respeita à comunicação das atividades interculturais apontou-se a melhoria no acesso à informação sobre as atividades culturais do concelho, nomeadamente através do aumento do número de locais onde a agenda cultural é distribuída, assim como a utilização do site do Município para divulgação diária dos eventos culturais. Existem dois postos locais de informação sobre o concelho, a saber, o Centro de Artes e Ofícios e o Posto de Turismo Local. No entanto, referiu-se que o Posto de Turismo deveria ter um serviço mais eficaz na divulgação dos eventos, o que passará também por uma relação de maior proximidade entre o Município e este serviço (o que de resto se insere na estratégia de ampliação dos canais de comunicação dos eventos, propostos pelos imigrantes). Sugeriu-se ainda a tradução em português de eventos promovidos por estrangeiros, por se considerar que se privilegia a língua inglesa na comunicação desses mesmos eventos.

As instituições locais quando confrontadas com estes resultados do Fórum Intercultural reconheceram a existência de elementos paradoxais nos resultados: existe já uma vasta divulgação de eventos, há um leque variado de eventos locais, assinalando ainda o facto dos imigrantes fazerem propostas sobre eventos que já são desenvolvidos localmente. Face a estes paradoxos, verificou-se que talvez a aposta deveria centrar-se na melhor comunicação dos eventos culturais, pese embora os esforços já empreendidos pelo Município neste domínio.

O Município dispõe de uma agenda cultural mensal que é distribuída por vários locais do concelho, mas também desenvolve divulgação específica de eventos seja através de cartazes, muppies, panfletos, assim como através de uma mailing list. Por outro lado, o Município promove também eventos interculturais de que é exemplo a Semana Intercultural, estando disponível para

aprofundar a atuação a este nível, nomeadamente através da realização de meses temáticos interculturais e a promoção do Dia das Comunidades.

A newsletter da Casa de Cultura António Bentes é concebida em três línguas (português, inglês e alemão) permitindo alargar o público leitor dessa. Por outro lado, promove ainda um conjunto de eventos para os quais são chamados a participar muitos estrangeiros para desenvolverem performances específicas no concelho.

Para garantir uma maior divulgação dos eventos locais, o Município disponibilizou-se a desafiar os imigrantes constantes da base de dados do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes na mailing list referente à divulgação da agenda cultural. Esta será igualmente enviada na versão inglesa. Por outro lado, a Casa de Cultura António Bentes propôs-se enviar a newsletter que produzem para o Centro Local de Apoio aos Imigrantes que fará o devido encaminhamento para aqueles que constam da sua base de dados de contactos.

No que respeita à atuação das escolas locais também se verifica a existência de um vasto leque de atividades interculturais que se pretendem dar continuidade no decurso da intervenção deste plano (caso da semana das línguas). Por outro lado, o Agrupamento de Escolas tem vindo a apostar na participação em projetos europeus, potenciando a proximidade dos jovens locais com outras culturas, seja em intercâmbios como através de ações de sensibilização (ex. COMENIUS, projetos DEAR realizados em parceria com a Associação In Loco – DEAR STUDENT e mais recentemente o projeto *Don't Waste Our Future*).

2.9. Possibilidade de melhoria no atendimento, na prestação de cuidados e na oferta de informação na área da saúde embora com problemas transversais a toda a população

Parte importante dos problemas identificados pelos imigrantes serão transversais a toda a população, pese embora da parte da Unidade de Cuidados de Saúde na Comunidade se refira que a situação em São Brás de Alportel é menos problemática do que a vivida noutros concelhos da região. Por outro lado, parte importante desses problemas refere-se a situações dificilmente ultrapassáveis ao nível local, por dependerem das políticas de saúde ao nível central. Assim, as situações identificadas pelos imigrantes referentes a este tipo de problemas referem-se a: falta de médicos de família; deslocação à consulta de vaga sem que esta seja assegurada e com um longo tempo de espera; longas filas de espera no acesso a consultas; impossibilidade de realização de alguns exames complementares de diagnóstico no concelho, obrigando a deslocações para fora desse; falta de especialidades importantes nos cuidados de saúde locais e ausência de alguns

tratamentos básicos (caso de ginecologia, pediatria ou de otorrinolaringologia, pese embora estas sejam da responsabilidade do Hospital de Faro).

Na verdade, há alguns resultados relacionados com o acesso aos cuidados de saúde que revelam existir uma maior dificuldade por parte dos estrangeiros residentes. Assim, de acordo com os dados fornecidos pelos serviços de saúde locais, facilmente se percebe que tem existido uma tendência de aumento do número de utentes – o que não se aplica no caso dos cidadãos estrangeiros cuja procura tem-se estabilizado – aumentando a proporção de utentes que não tem médico de família. A representação dos utentes estrangeiros é inferior àquela existente na população, o que pode ser revelador de dificuldade no acesso aos serviços públicos nacionais, neste caso obviamente referente ao Serviço Nacional de Saúde. Os utentes estrangeiros representavam, em 2014, menos de 2% do total de inscritos nos serviços de saúde locais. No entanto, como referido pelos próprios serviços, há utentes estrangeiros que recorrem a consultas esporádicas sem estarem inscritos no Centro de Saúde. Também a representação dos utentes nacionais de países terceiros é muito inferior à registada na população e mesmo no conjunto dos imigrantes.

Quando analisada a performance do sistema de saúde em relação ao acesso dos estrangeiros, conclui-se por uma maior dificuldade na integração dos imigrantes. Em 2014, 21,4% da população residente não tinha acesso a médico de família, quando no caso do total dos imigrantes praticamente metade estava nessa situação (47,8%). A situação dos nacionais de países terceiros é melhor por relação ao conjunto dos imigrantes, apesar de terem uma maior representação de utentes sem médico de família por comparação com a população total do concelho (32,7%).

TABELA 9. DADOS E INDICADORES RELATIVOS AO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE LOCAIS, DE 2011 A 2014

Dados e indicadores	2011	2012	2013	2014
Total de inscritos	10281	10488	10828	11115
Total de inscritos estrangeiros	206	207	209	209
Estrangeiros no total de inscritos (%)	2,0	2,0	1,9	1,9
Total de inscritos estrangeiros NPT	54	54	55	55
Estrangeiros NPT no total de inscritos (%)	0,5	0,5	0,5	0,5
Estrangeiros NPT no total de inscritos estrangeiros (%)	26,2	26,1	26,3	26,3
Total de utentes sem médico de família	1999	2080	2216	2379
Utentes sem médico de família no total de inscritos (%)	19,4	19,8	20,5	21,4
Total de utentes estrangeiros sem médico de família	97	98	100	100
Utentes estrangeiros sem médico de família no total de estrangeiros inscritos (%)	47,1	47,3	47,8	47,8
Total de utentes estrangeiros NPT sem médico de família	17	18	18	18
Utentes estrangeiros NPT sem médico de família no total de estrangeiros NPT inscritos (%)	31,5	33,3	32,7	32,7

FONTE: UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE NA COMUNIDADE. TRATAMENTO PRÓPRIO DOS DADOS.

Parte da sub-representação dos imigrantes no conjunto dos inscritos nos serviços de saúde locais, em particular dos europeus do norte, pode ser explicado pelo perfil de imigração existente. No Diagnóstico de Saúde realizado conclui-se que mais de metade dos imigrantes inquiridos com naturalidade no Reino Unido, Holanda e Alemanha tem seguro de saúde, o que obviamente terá impactos na procura dos serviços públicos locais⁸. Mais de metade destes imigrantes recorre aos serviços de saúde privados – hospital privado ou clínica privada. Percebe-se então que a procura também se relacionará com as condições económicas dos estrangeiros residentes levando a que nestes casos em que há uma situação económica mais favorável, os acessos menores aos serviços de saúde locais sejam claramente justificados pela menor procura dos serviços.

TABELA 10. POPULAÇÃO IMIGRANTE INQUIRIDA NO DIAGNÓSTICO DE SAÚDE SEGUNDO A NATURALIDADE E O LOCAL AO QUAL RECORRERAM A CONSULTA MÉDICA

País		Local da Consulta				Total
		Centro de Saúde	Hospital Público	Hospital Privado	Clínica Privada	
Reino Unido	Nº	10	2	5	6	23
	%	43,5%	8,7%	21,7%	26,1%	100,0%
Ucrânia	Nº	7	1	0	0	8
	%	87,5%	12,5%	0,0%	0,0%	100,0%
Alemanha	Nº	2	0	1	3	6
	%	33,3%	0,0%	16,7%	50,0%	100,0%
Brasil	Nº	4	0	1	0	5
	%	80,0%	0,0%	20,0%	0,0%	100,0%
Holanda	Nº	0	1	1	2	4
	%	0,0%	25,0%	25,0%	50,0%	100,0%
Moldava	Nº	1	0	1	0	2
	%	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	100,0%
França	Nº	1	1	0	0	2
	%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
China	Nº	0	1	1	0	2
	%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
Romeno	Nº	1	0	0	0	1
	%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Belgica	Nº	1	1	0	0	2
	%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Canadá	Nº	1	0	0	0	1
	%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Irlanda	Nº	1	0	0	0	1
	%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	Nº	29	7	10	11	57
	%	50,9%	12,3%	17,5%	19,3%	100,0%

FONTE: DIAGNÓSTICO DE SAÚDE NA POPULAÇÃO IMIGRANTE

⁸ Vide Andrade *et al* (2015) Diagnóstico de Saúde na População Imigrante.

Curiosamente no caso de imigrantes do Leste Europeu verificou-se um resultado interessante – a maior parte dos imigrantes naturais da Ucrânia e da Moldávia já recorreu ao seu país de origem para os cuidados de saúde. Todos os imigrantes chineses inquiridos também referiram o recurso ao país de origem para acesso aos cuidados de saúde. Tal pode estar igualmente relacionado com menores custos no acesso dado que será a necessidade de reencontro com a família de origem que justificará o regresso ao país de origem, mas igualmente pela maior facilidade na comunicação. Uma menor procura dos serviços locais de saúde pode ter aqui a sua explicação. Não deixa no entanto de ser interessante que mais de 1/3 dos inquiridos tenham referenciado ter acedido a outro país para acesso a cuidados de saúde (sendo que a grande maioria – 93,9% o fez no seu país de origem).

TABELA 11. POPULAÇÃO IMIGRANTE INQUIRIDA NO DIAGNÓSTICO DE SAÚDE SEGUNDO A NATURALIDADE E O RECURSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTRANGEIRO

País		Recurso aos serviços de saúde no estrangeiro		Total
		Sim	Não	
Reino Unido	Nº	10	21	31
	%	32,3%	67,7%	100,0%
Ucrânia	Nº	11	6	17
	%	64,7%	35,3%	100,0%
Alemanhã	Nº	2	9	11
	%	18,2%	81,8%	100,0%
Brasil	Nº	3	7	10
	%	30,0%	70,0%	100,0%
Holanda	Nº	2	3	5
	%	40,0%	60,0%	100,0%
Moldava	Nº	2	1	3
	%	66,7%	33,3%	100,0%
França	Nº	0	3	3
	%	0,0%	100,0%	100,0%
China	Nº	3	0	3
	%	100,0%	0,0%	100,0%
Romeno	Nº	0	2	2
	%	0,0%	100,0%	100,0%
Belgica	Nº	0	2	2
	%	0,0%	100,0%	100,0%
Canadá	Nº	0	1	1
	%	0,0%	100,0%	100,0%
Irlanda	Nº	0	1	1
	%	0,0%	100,0%	100,0%
Total	Nº	33	56	89
	%	37,1%	62,9%	100,0%

FONTE: DIAGNÓSTICO DE SAÚDE NA POPULAÇÃO IMIGRANTE

Há ainda um outro dado de relevo resultante do inquérito aplicado e que decorre das razões pelas quais os imigrantes já recorreram aos serviços de urgência do Hospital. Há uma parte que respondeu ter-se deslocado aos serviços de urgência por tal não existir no Centro de Saúde (11,5%), no entanto mais de metade referiu ter recorrido a esses serviços por ausência de resposta por parte dos serviços de saúde locais. As outras razões apontadas referem-se igualmente a dificuldades de resposta dos serviços locais. Sendo assim, apesar de se perceber que poderá existir uma menor procura dos imigrantes aos serviços locais por encontrarem outras estratégias para solução dos seus problemas de saúde (seja pelo acesso aos serviços de saúde privados ou no seu país de origem), certo é que uma outra parte só encontrará solução nos serviços de urgência – que não são criados como mecanismos de substituição dos serviços de saúde locais.

TABELA 12. POPULAÇÃO IMIGRANTE INQUIRIDA NO DIAGNÓSTICO DE SAÚDE SEGUNDO A RAZÃO DE RECURSO AOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA

Motivo da urgência	Frequência	%
Centro de Saúde não responde	30	57,7
Não quis esperar consulta no Centro de Saúde	2	3,8
Atendimento mais rápido	5	9,6
Horário reduzido do Centro de Saúde	3	5,8
Centro de Saúde sem urgência	6	11,5
Melhores condições tratamento	4	7,7
Outro	2	3,8
Total	52	100,0

FORTE: DIAGNÓSTICO DE SAÚDE NA POPULAÇÃO IMIGRANTE

No que respeita ao atendimento nos serviços de saúde locais, os imigrantes referiram ter dificuldade em se fazerem entender pela impreparação dos serviços para a receção de estrangeiros. Por outro lado, também se identificaram fragilidades no relacionamento entre médicos e pacientes. No Diagnóstico de Saúde na População Imigrante foi possível verificar que mais de 2/5 dos inquiridos já teve dificuldade em compreender ou fazer-se compreender nos serviços de saúde locais. Para obviar esta situação a maioria recorreu ao apoio de familiares e amigos (60,5% dos inquiridos que referiu ter dificuldades na comunicação com os serviços). Não deixa de ser preocupante perceber que 19,2% não recorreu aos serviços de saúde locais devido a essa mesma barreira linguística. No Fórum da Interculturalidade, a proposta realizada a este nível refere-se à possibilidade de ter médicos com domínio de outras línguas ou a disponibilização de serviços de tradução, pese embora pelas dificuldades objetivas na realização dessas propostas, a Unidade de Cuidados de Saúde na Comunidade tenha defendido a aposta no ensino de português

para estrangeiros o que facilita a sua inclusão e melhora o acesso aos mais variados serviços que não apenas o da saúde.

Há um outro conjunto de propostas realizadas que não são no entanto passíveis de cumprir, não apenas porque dependem de respostas centrais, mas também porque decorrem da aposta da iniciativa privada ao nível da promoção da saúde. Tal aplica-se ao nível da contratação de pessoal médico e de enfermagem, a disponibilização de mais meios complementares de diagnóstico no concelho, a promoção de custos mais acessíveis nas consultas dentárias e o garante de preços idênticos nos serviços públicos e privados. Da parte dos serviços de saúde local chamou-se à atenção para o facto de que apesar do Estado português disponibilizar os cheques-dentista há uma parte importante que nunca chega sequer a ser utilizada.

Sendo perceptível que nem sempre há um conhecimento generalizado relacionado com o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, sugere-se que, à semelhança de outras áreas de intervenção, esta informação seja disponibilizada à população (por via digital ou papel). O Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, os serviços centrais do Município, assim como a Casa de Cultura António Bentes podem ter, a este nível, um papel importante na disseminação dessa mesma informação.

A realização do Diagnóstico de Saúde na População Imigrante, em fase de conclusão, permitirá equacionar um conjunto de ações que visarão a melhoria nos cuidados de saúde desta população, o que será incluído na estrutura das medidas a desenvolver neste Plano.

2.10. Perceção de direitos diferenciados no acesso a apoios sociais por parte dos imigrantes e dificuldades na compreensão dos documentos oficiais

No que respeita às respostas sociais ressaltou a perceção de que os imigrantes têm poucos apoios sociais e um sentimento de desigualdade de direitos entre estrangeiros e nacionais com situações contributivas idênticas. Por outro lado também se referiu a incerteza quanto ao regime de pensões a que têm direito aquando da situação de reforma.

Em relação à fragilidade nos apoios sociais, em particular naqueles que não têm fontes de rendimento, foi referenciado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que a regularização da situação de residência obriga à prestação de provas de condições de subsistência. Tal faz com que algum tipo de apoios possa mesmo entrar em contradição com o regime vigente em relação à legalização da situação de residência dos estrangeiros. Não é suposta uma dependência de apoios

sociais, nomeadamente aqueles existentes independentemente do sistema contributivo, porque tal entrará então em contradição com a prova de rendimentos que é requerida.

Reconhecendo-se que estando os cidadãos estrangeiros a residir no concelho em situação legal e/ou contribuindo para o sistema fiscal e de Segurança Social, tal lhes permite o acesso aos mesmos direitos que os nacionais considerou-se relevante o aumento da divulgação relativa quer aos direitos quer às respostas sociais existentes.

Um elemento de cariz mais genérico refere-se à consideração do valor das prestações sociais em situação de vulnerabilidade económica como sendo baixo, de que é exemplo o Rendimento Social de Inserção. Como é sabido este é um instrumento de emergência e no quadro atual é pouco expectável que o regime tenha qualquer tipo de mudança em termos do valor pecuniário a atribuir.

Um outro problema referenciado, que é extensível a toda a população pese embora possa ser mais sentido por aqueles estrangeiros que tenham um menor domínio da língua portuguesa, reporta-se à dificuldade na compreensão de formulários e de cartas oficiais. Considerando a existência do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes e a sua localização no Centro de Apoio à Comunidade onde se concentra parte importante dos serviços de ação social, é expectável que o apoio necessário a este nível possa ser prestado pelos serviços, sendo fundamental a divulgação destes recursos à população imigrante. Por outro lado sugeriu-se ainda o acesso à informação em várias línguas.

Quanto a outras soluções e medidas que poderão vir a ser implementadas, os imigrantes sugeriram o aumento de incentivos à fixação da população estrangeira. Na reunião de *focus group* chamou-se mesmo à atenção para o facto de existirem constrangimentos ao reagrupamento familiar quando há contributos relevantes da imigração para a economia nacional e local.

Foi ainda proposto o apoio a situações de pobreza «escondida» a par da mobilização de imigrantes para apoio a causas de índole social. No primeiro caso, o concelho dispõe do Grupo Social composto pelos elementos que ao nível local dão respostas ao nível da ação social e de emergência, que permite apoiar às situações de pobreza identificadas. Quanto à promoção do voluntariado imigrante considera-se uma mais-valia ainda para mais que parte dos imigrantes residentes estão numa situação de reforma o que lhes permite ter maior disponibilidade de tempo para este tipo de ação.

2.11. A necessidade de melhoria no acolhimento à chegada a Portugal e fragilidades ao nível do conhecimento do sistema eleitoral local

Quando questionados acerca de problemas identificáveis no domínio da cidadania e da participação, a população imigrante centrou a sua reflexão ao nível da participação política e do sistema de acolhimento do cidadão estrangeiro.

Em relação à participação política sublinharam a limitação na participação ativa dos estrangeiros na tomada de decisões sobre o futuro do concelho. Obviamente que o seu envolvimento na conceção deste plano é uma mais-valia, mas consideram que a sua voz deve ser auscultada noutros momentos de consulta e de envolvimento público. Daí que tenham sugerido a realização de um maior número de iniciativas que estimulem o encontro entre a população imigrante e a população local – o que de resto já referenciado noutras áreas de intervenção – e a continuidade na realização de fóruns à semelhança dos que balizaram a conceção deste plano.

Foi ainda referenciada a falta de informação relativa aos processos eleitorais locais e nacionais, o que justificará a realização de ações a este nível, seja da parte do Município como da Junta de Freguesia. A preocupação dos imigrantes centra-se ao nível do recenseamento eleitoral e do processo de votação.

Em relação aos direitos do cidadão estrangeiro, cuja discussão é igualmente complementar com a realizada ao nível do sistema de acolhimento e de integração, referem-se fragilidades à chegada ao concelho, seja ao nível do domínio da língua, mas também para acesso a casa e ao trabalho. Por outro lado, consideram que as próprias instituições de acolhimento revelam debilidades no respeitante aos direitos dos cidadãos estrangeiros, nem sempre esclarecendo da melhor forma e havendo dificuldades por parte dos serviços em assegurar pessoal que domine outra língua que não o português (tendo sido dado o exemplo do inglês). Sugeriu-se a criação de uma «pasta» que dê apoio ao acolhimento com informação útil variada que facilite a integração dos imigrantes à chegada ao concelho (que pode ficar disponível nas entidades que mais facilmente lidam com essa mesma chegada – autarquias, imobiliárias e escolas). Propôs-se ainda que existissem recursos humanos nas instituições de acolhimento com domínio da língua inglesa. Percebendo que essa é uma ação que extravasa o campo das possibilidades neste Plano, tal proposta não pode ser considerada.

2.12. Melhorar a imagem concebida sobre a imigração e a comunicação sobre os eventos locais, como propostas centrais para os media locais

No domínio dos media e sensibilização da opinião pública, apesar de não ser reconhecida a produção local de uma imagem negativa sobre a população imigrante, considerou-se importante a valorização do papel do estrangeiro na comunidade imigrante, ou seja, em que pode ser útil, como pode contribuir para a economia local, de que forma o seu trabalho apoia a comunidade do local onde vive. A este nível um jornal local disponibilizou-se para ter uma coluna dedicada a histórias de vida da comunidade imigrante local, o que se insere na proposta realizada no Fórum.

No entanto, a reflexão sobre os media também se centrou na forma como se comunicam os eventos locais. Não se trata apenas de apostar na diversificação dos canais de comunicação, mas também de procura de diversificação das línguas em que se comunica. Em relação aos canais de comunicação diferentes estratégias estão a ser já implementadas no decurso do diagnóstico deste plano e que são igualmente previstas para terem continuidade. No respeitante à diversidade das línguas em que se comunicam os eventos, tal dependerá da existência de imigrantes das várias nacionalidades disponíveis para tradução dado que tal não será possível comportar por parte do município, pelos elevados custos que lhe estão associados.

2.13. Uma comunidade tolerante à interculturalidade

No que respeita a situações de racismo e de discriminação, a grande maioria dos presentes referiu não existirem situações problemáticas a identificar. Os casos referenciados são pontuais e são passíveis de associar a perfis específicos de imigrantes – àqueles que escolhem o país para trabalhar, sendo por vezes discriminados pela sua associação à falta de emprego para os nacionais e no caso particular da população brasileira sobre a qual recaem estereótipos específicos como o facto de terem «pouco estudo» ou serem «proveitadores». Considera-se que a intervenção prevista ao nível dos media pode apoiar na resolução destes casos pontualmente referenciados, não deixando de sublinhar a expressão de uma estrangeira participante que referenciava que no limite “Racismo existirá sempre”. O facto de São Brás de Alportel ser um concelho pequeno facilita as redes de interação entre os residentes e apoia à integração da comunidade no seu todo.

2.14. Fragilidades na relação do concelho com os países de origem e com os consulados representantes das comunidades de imigrantes em presença

A discussão sobre a dimensão relativa às relações internacionais centrou-se nas relações diplomáticas e com os serviços consulares. Referiu-se a fragilidade da relação de Portugal com os países de origem, pese embora tal não dependa da atuação pública local. Também se identificou como fragilidade o facto de alguns serviços consulares só existirem em Lisboa, mas tal também se situa a um nível de ação supranacional. As sugestões relacionadas com a promoção de alianças entre países de origem e de acolhimento, assim como o garante de serviços consulares mais próximos não pode ser acolhida na proposta. No entanto, a Casa de Cultura António Bentes realiza com alguma regularidade convites a serviços consulares para promoção de uma maior proximidade aos imigrantes residentes no concelho. Esta é uma ação que se considera importante reforçar e que também proporcionará uma maior articulação entre o Centro Local de Ação para a Integração de Imigrantes e os serviços consulares.

A preocupação dos imigrantes também se centrou na visibilidade do concelho face ao exterior. Consideraram que este tem um enorme potencial que não é reconhecido externamente pela falta de divulgação. Por essa razão sugeriu-se a aposta na divulgação internacional do concelho em várias línguas e através de distintos meios (redes sociais, Trivago, entre outros que se julguem pertinentes).

2.15. Tolerância religiosa aliada à necessidade de conhecimento das práticas religiosas das culturas em presença

À semelhança do domínio relacionado com o racismo e discriminação, os imigrantes referenciaram existir uma grande tolerância religiosa. Referiram-se apenas situações pontuais de menor relacionamento que justificaram pelas características específicas de cada religião, sem referenciar as situações em concreto. No entanto, considerou-se como uma mais-valia a possibilidade de conhecer melhor as religiões em presença o que poderia ser possível pela celebração das datas festivas das várias religiões ou através da partilha de práticas culturais e gastronómicas durante os eventos festivos locais que têm momentos coincidentes em termos da sua celebração.

3. Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes

3.1. Dimensão Estratégica

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Serviços de Acolhimento e de Integração	Divulgar os serviços de acolhimento e de integração existentes no concelho	Nº de imigrantes que acedem aos serviços através dos meios utilizados para a sua divulgação	Divulgar os serviços através dos parceiros locais, da agenda municipal (em português e inglês), do site do município – Portal do Imigrante e da <i>newsletter</i> da Casa da Cultura António Bentes
Serviços de Acolhimento e de Integração	Melhorar os serviços de atendimento e de acolhimento aos imigrantes	Nº de técnicos e de instituições participantes em ações de capacitação que visam melhorar as competências no atendimento e acolhimento de imigrantes	Desenvolver ações de capacitação que promovam a melhoria das competências dos serviços de atendimento e de acolhimento, seja ao nível da postura face aos utilizadores, como também ao nível dos conhecimentos acerca dos direitos e deveres dos imigrantes
Serviços de Acolhimento e de Integração	Manter um serviço de acolhimento e de integração de proximidade	Nº de imigrantes beneficiários do serviço a criar	Desenvolver respostas distintas que permitam melhor acolher e aproximar o município dos imigrantes

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Serviços de Acolhimento e de Integração	Informar os imigrantes sobre os seus direitos e deveres	Nº de utilizadores da sub-página relativa ao Apoio à integração de imigrantes Nº de beneficiários do CLAll que procuram os serviços à procura de esclarecimento de direitos e deveres	Disponibilizar informação síntese sobre direitos e deveres nas áreas centrais relativas ao processo de inclusão dos imigrantes na sub-página relativa ao Apoio à integração dos Imigrantes – Portal do Imigrante no sítio do município
Serviços de Acolhimento e de Integração	Promover eventos que visem a interculturalidade	Nº de eventos realizados Nº de participantes	Criar condições para a manutenção dos eventos interculturais existentes e apoiar na organização e divulgação de outros eventos culturais que venham a ser realizados
Urbanismo e Habitação	Diminuir o isolamento físico vivido pelos imigrantes a residirem na periferia do concelho	Nº de imigrantes beneficiários de intervenções que minimizam a situação de isolamento vivido na periferia do concelho	Melhoria das condições de iluminação pública nas áreas periféricas do concelho e sensibilização da população acerca do Programa Residência Segura
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Promover o empreendedorismo imigrante	Nº de imigrantes que procuram o Gabinete do Empreendedor	Divulgação dos estímulos ao empreendedorismo existentes, à população imigrante e apoio à criação do autoemprego através do Gabinete do Empreendedor

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Educação e Língua	Melhorar o domínio da língua portuguesa	Nº de imigrantes participantes em ações de formação em português	Desenvolvimento de ações de capacitação no domínio da língua portuguesa para estrangeiros
Educação e Língua	Promover a oferta formativa em outras línguas (Francês, Inglês, Alemão)	Nº de imigrantes participantes em ações de formação noutras línguas (Francês, Inglês, Alemão)	Desenvolvimento de ações de capacitação no domínio das línguas francesa, inglesa e alemã para estrangeiros
Educação e Língua	Valorizar a diversidade cultural nas escolas	Nº de crianças e jovens participantes	Manter a realização da semana das línguas
Capacitação e Formação	Promover a validação e a certificação de competências	Nº de imigrantes com as competências validadas e certificadas	Acompanhamento dos casos de imigrantes que pretendam a validação e a certificação de competências, procurando apoiá-los na resolução dos problemas identificados e fazer os devidos encaminhamentos para processos de reconhecimento escolar nos CQEP, UALG e no IEFP onde está em funcionamento o processo de dupla certificação (escolar e profissional)

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Cultura	Melhorar o acesso à informação sobre a oferta cultural existente	Informação sobre a oferta cultural existente disponível à comunidade imigrante	Promover a divulgação da oferta cultural existente seja através da mailing list do CLAI, dos Casa da Cultura António Bentes, da agenda municipal e do site do município
Cultura	Dar continuidade à realização de eventos e iniciativas interculturais e estimular a realização de novas iniciativas	Nº de participantes nos eventos e iniciativas realizadas	Reforçar a oferta de atividades interculturais seja pela manutenção das existentes, seja pelo estímulo à realização de novas atividades
Saúde	Melhorar a prestação de cuidados de saúde à comunidade imigrante	Nº de imigrantes abrangidos pelo projeto de intervenção comunitária	Operacionalizar as ações previstas para colmatar a necessidades de cuidados de saúde identificada pela unidade de cuidados na comunidade
Solidariedade e Resposta Social	Garantir a equidade no gozo dos direitos sociais por parte dos imigrantes	Nº de imigrantes que são acolhidos pela equipa de ação social do município e da junta de freguesia	Assegurar que os imigrantes têm acesso a informação e a recursos, da mesma forma que os nacionais
Solidariedade e Resposta Social	Estimular o voluntariado imigrante para as respostas sociais	Nº de imigrantes voluntários em iniciativas sociais	Mobilização dos voluntários imigrantes para as atividades de índole social

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Cidadania e Participação Cívica	Disponibilizar informação sobre os processos eleitorais nacionais	Informação disponibilizada referente aos processos eleitorais nacionais	Desenvolvimento de ações de sensibilização (sejam específicas ou tratando a temática do sistema eleitoral como um dos assuntos a refletir noutras ações), esclarecimentos nos atendimentos realizados e prestação de informação sobre o tema em apreço
Cidadania e Participação Cívica	Realizar iniciativas de integração de imigrantes na vida cívica da comunidade	Nº de imigrantes que recebem kit de novo cidadão são-brasense	Envolvimento das imobiliárias e outras entidades de acolhimento de imigrantes no concelho para distribuição de “Kit de novo cidadão” aos novos proprietários. Ao novo cidadão será entregue informação relevante para a sua integração na comunidade e será recebido na Câmara Municipal-
Media e Sensibilização da opinião Pública	Melhorar a comunicação sobre os eventos procurando diversificar a língua em que se comunica	Notícias e informações publicadas em várias línguas Canais de divulgação da informação sobre os eventos locais	Procura de tradução da comunicação relativa aos eventos a realizar no concelho – nomeadamente através de voluntariado imigrante – assim como ampliação dos canais de divulgação da informação sobre esses mesmos eventos

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Racismo e Discriminação	Promover o Diálogo Intercultural e combater visões discriminatórias sobre a população imigrante	Nº de ações realizadas	Desenvolvimento de iniciativas que valorizem as competências, os recursos e o potencial da população imigrante a residir ou a trabalhar no concelho
Relações Internacionais	Divulgar internacionalmente o concelho	Presença do concelho em sites de referência internacionais	Apelo à procura do concelho para residir através de uma estratégia de comunicação externa sobre as características e as potencialidades locais
Religião	Promover o diálogo inter-religioso	Nº de materiais concebidos	Divulgação da oferta religiosa local no Portal do imigrante

3.2. Dimensão Operacional

3.2.1. Serviços de Acolhimento e Integração

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
1	Divulgar os serviços de acolhimento e de integração existentes no concelho	Divulgar os serviços e a localização do CLAII através da rede de parceiros e da newsletter da Casa da Cultura António Bentes	Criação de um folheto com informação sobre o CLAII (Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes) a disponibilizar nos balcões dos vários serviços em diversas línguas (português, inglês, russo, ucraniano, alemão, neerlandês e francês)	2	Ter um panfleto criado com informação alusiva ao CLAII	Nº de materiais concebidos Nº de panfletos distribuídos	Município de São Brás de Alportel Junta de Freguesia, Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas, Unidade de Cuidados na Comunidade, Guarda Nacional Republicana, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Gabinete de Inserção Profissional – Instituto de Emprego e Formação Profissional, Casa da Cultura António Bentes, Associação In Loco

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis		
2		Sensibilizar a população imigrante sobre os serviços do CLAII		Realização de ações de sensibilização à população imigrante , disponibilizando informação sobre o CLAII	1	Ter uma ação de sensibilização sobre o CLAII realizada	Nº de imigrantes participantes da ação de sensibilização a realizar	Município de São Brás de Alportel Casa da Cultura António Bentes
3	Divulgar os serviços de acolhimento e de integração existentes no concelho	Disponibilizar informação sobre os vários serviços de acolhimento e de integração existentes no concelho		Criação do Guia de recursos locais de apoio à integração dos imigrantes, a disponibilizar no CLAII e Portal do Imigrante	1	Ter a listagem de serviços e respostas existentes disponível na sub-página relativa ao Apoio à Integração de Imigrantes e disponível em diferentes línguas	Listagem de serviços e respostas disponível on line e em papel e traduzida em diferentes línguas – Guia de recursos locais de apoio à integração dos imigrantes	Município de São Brás de Alportel Junta de Freguesia, Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas, Unidade de Cuidados na Comunidade, Guarda Nacional Republicana, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Gabinete de Inserção Profissional – Instituto de Emprego e Formação Profissional, Casa da Cultura António Bentes, Associação In Loco

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
4	Melhorar os serviços de atendimento e de acolhimento aos imigrantes	Capacitar os serviços responsáveis pelo acolhimento e integração dos imigrantes, seja para combater atitudes discriminatórias ou para melhorar competências acerca dos direitos e deveres dos imigrantes	Desenvolvimento de ações de formação sobre os temas relativos a mitos e factos sobre os imigrantes, assim como sobre os direitos e deveres dos imigrantes, dirigida aos serviços de acolhimento e integração	2	Ter pelo menos uma ação de formação desenvolvida em cada um dos temas propostos	Nº de formandos e organizações participantes nas ações de formação a realizar	Município de São Brás de Alportel
5	Manter o serviço de acolhimento e de integração de proximidade	Manter o Serviço de Atendimento ao Residente Estrangeiro	Manutenção do serviço de atendimento ao residente estrangeiro – Provedor do Residente Estrangeiro (em articulação com os atuais serviços de atendimento existentes no município)	1	Manter o atual serviço de atendimento ao residente estrangeiro podendo alargar os períodos de atendimento e criar um espaço físico concreto para a localização deste serviço	Nº de atendimentos realizados	Município de São Brás de Alportel

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
6	Manter o serviço de acolhimento e de integração de proximidade	Criar uma bolsa de voluntários imigrantes que apoiem o acolhimento e integração daqueles que optam por vir residir para o concelho	Sensibilização e mobilização dos imigrantes residentes, de diversas nacionalidades, para participação no acolhimento e integração de novos imigrantes que venham residir para o concelho	2	Alargar a rede de voluntariado imigrante no concelho	Bolsa de voluntariado imigrante ativa para acolhimento dos novos imigrantes do concelho	Município de São Brás de Alportel Junta de Freguesia de São Brás de Alportel (através do seu Banco Local de Voluntariado)

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
7	Informar os imigrantes sobre os seus direitos e deveres	Disponibilizar informação sobre os direitos e deveres dos imigrantes por área de acolhimento e integração na sub-página relativa ao Apoio à integração de Imigrantes	Sistematização de informação relativa aos direitos e deveres dos imigrantes nas várias áreas relativas ao acolhimento e integração e sua inclusão na sub-página do município alusiva ao Apoio à Integração dos Imigrantes – Portal do Imigrante	1	Ter a informação relativa aos direitos e deveres dos vários imigrantes disponível na sub-página relativa ao Apoio à Integração de Imigrantes e disponível em diferentes línguas	Nº de materiais concebidos	Município de São Brás de Alportel Junta de Freguesia, Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas, Unidade de Cuidados na Comunidade, Guarda Nacional Republicana, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Gabinete de Inserção Profissional – Instituto de Emprego e Formação Profissional
8	Promover eventos que visem a interculturalidade	Manter a realização da quinzena intercultural	Realização da quinzena intercultural , anualmente, em Maio	1	Realizar anualmente a quinzena intercultural	Nº de participantes na quinzena intercultural	Município de São Brás de Alportel

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
9	Promover eventos que visem a interculturalidade	Promover um maior conhecimento das diferentes comunidades em presença	Dinamização de eventos de natureza diversa que permitam o contacto e o conhecimento das diversas comunidades	1	Realizar pelo menos um evento por ano	Nº de participantes	Município de São Brás de Alportel Casa da Cultura António Bentes
10	Promover eventos que visem a interculturalidade	Realizar iniciativas que visem celebrar num dia do ano a multiculturalidade do concelho	Promoção do Dia das Comunidades , em Maio	1	Ter um dia destinado às comunidades	Nº de eventos realizados Nº de participantes	Município de São Brás de Alportel

3.2.2. Urbanismo e Habitação

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
11	Informar os imigrantes sobre o enquadramento legal associado ao arrendamento habitacional (seja de mercado livre como de habitação social)	Sensibilizar os imigrantes para os diferentes regimes de arrendamento existentes e sobre os direitos e deveres associados a cada um dos regimes existentes	Disponibilização de informação alusiva aos regimes de arrendamento existentes na subpágina relativa ao Apoio à Integração dos Imigrantes - Portal do Imigrante -e no CLAI	1	Ter informação disponível na subpágina relativa ao Apoio à Integração de Imigrantes, relativa aos regimes de arrendamento existentes e em relação aos direitos e deveres em cada um dos regimes existentes	Nº de materiais concebidos	Município de São Brás de Alportel
12	Diminuir o isolamento físico vivido pelos imigrantes a residirem na periferia do concelho	Melhorar as condições da iluminação pública nas áreas periféricas do concelho	Realização de intervenções na periferia do concelho que possibilitem uma melhor iluminação das vias públicas, bem como melhores vias de acesso às habitações	1	Minimizar o sentimento de isolamento e de insegurança na população residente na periferia do concelho	Nº de agregados familiares beneficiários das intervenções de iluminação pública, aferindo a representação das famílias estrangeiras no total das beneficiárias da intervenção	Município de São Brás de Alportel

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
13	Diminuir o isolamento físico vivido pelos imigrantes a residirem na periferia do concelho	Sensibilizar e mobilizar os imigrantes a residir na periferia do concelho para aderirem ao programa Residência Segura	Desenvolvimento de ações de sensibilização e de mobilização dos imigrantes para o programa Residência Segura	1	Alargar o âmbito de ação do programa Residência Segura no concelho	Nº de imigrantes beneficiários do programa Residência Segura, no total dos beneficiários do programa	Guarda Nacional Republicana Município de São Brás de Alportel

3.2.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
14	Promover o empreendedorismo imigrante	Sensibilizar e mobilizar a comunidade imigrante para a utilização do Gabinete do Empreendedor	Realização de ações de sensibilização e de campanhas de comunicação sobre os serviços realizados pelo Gabinete do Empreendedor	1	Captar imigrantes para a utilização dos serviços do Gabinete do Empreendedor	Nº de imigrantes beneficiários do Gabinete do Empreendedor, por comparação ao número total de beneficiários	Município de São Brás de Alportel

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
15	Promover o empreendedorismo imigrante	Alargar a divulgação sobre as ofertas de emprego local	Disponibilização das ofertas de emprego e de formação locais no portal do município, com link no Portal do Imigrante	2	Alargar o conhecimento sobre as ofertas de emprego local e contribuir para uma maior empregabilidade local	Nº de imigrantes que respondem a ofertas de emprego disponibilizadas no site do município	Gabinete de Inserção Profissional – Instituto de Emprego e Formação Profissional Município de São Brás de Alportel

3.2.4. Educação e Língua

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
16	Melhorar o domínio da língua portuguesa	Desenvolver ações de capacitação no domínio da língua portuguesa para estrangeiros	Realização de ações de formação em horários diferenciados, no domínio da língua portuguesa para estrangeiros	2	Realizar duas ações de capacitação de português para estrangeiros	Nº de ações de capacitação realizadas Nº de imigrantes participantes das ações de capacitação realizadas	Agrupamento de Escolas Belchior Viegas Associação In Loco
17		Desenvolver ações de capacitação no domínio da língua portuguesa para estrangeiros séniores	Desenvolvimento de formação em português para estrangeiros, na Universidade Sénior de São Brás de Alportel	1	Incorporar a disciplina de Português para Estrangeiros no plano curricular da Universidade Sénior	Nº de imigrantes participantes	Junta de Freguesia de São Brás de Alportel (Universidade Sénior)

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
18	Promover a oferta formativa em outras línguas (Francês, Inglês, Alemão)	Desenvolver ações de capacitação no domínio das línguas francesa, inglesa e alemã para estrangeiros	Realização de ações de formação em horários diferenciados, no domínio das línguas francesa, inglesa e alemã para estrangeiros	2	Realizar pelo menos uma ação de capacitação em francês, em inglês e em alemão	Nº de ações de capacitação realizadas Nº de imigrantes participantes das ações de capacitação realizadas	Instituto de Emprego e Formação Profissional Agrupamento de Escolas Belchior Viegas Associação In Loco Casa da Cultura António Bentes
19	Valorizar a diversidade cultural nas escolas	Desenvolver iniciativas que potenciem a valorização e a tolerância intercultural	Dinamização da semana das línguas nas escolas do concelho	1	Realização de uma semana das línguas por ano letivo	Nº de eventos realizados Nº de participantes	Agrupamento de Escolas Belchior Viegas

3.2.5. Capacitação e Formação

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promover a validação e a certificação de competências	Divulgar a rede de centros responsáveis pela validação e certificação de competências escolares e profissionais	Criação de listagem da rede de centros de validação e de certificação de competências escolares e profissionais e sua disponibilização aos imigrantes interessados nestes processos (seja no CLAIL, no Portal do Imigrante, como também no Gabinete de Inserção Profissional)	1	Dispor de uma lista de oferta de serviço de reconhecimento e certificação de competências escolares e profissionais	Nº de imigrantes que procuram a validação e certificação de competências escolares e profissionais	Município de São Brás de Alportel Instituto de Emprego e Formação Profissional
	Promover o acompanhamento e encaminhamento dos imigrantes em processos de validação e certificação de competências escolares e profissionais	Realização de sessões de acompanhamento aos imigrantes interessados nos processos de validação e certificação de competências , apoiando-os na resolução dos problemas com que se vão deparando	1	Acompanhar os imigrantes nesses processos, para assegurar o sucesso ao nível da certificação necessária	Nº de imigrantes com processo de certificação de competências concluído	Município de São Brás de Alportel

3.2.6. Cultura

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
22	Melhorar o acesso à informação sobre a oferta cultural existente	Garantir a informação generalizada sobre a oferta cultural existente nas redes locais mais acessíveis aos imigrantes	Disponibilização de informação sobre a oferta cultural local através de diferentes meios locais – rede CLAI, Casa da Cultura António Bentes, agenda municipal e site do município	1	Ter a informação sobre a oferta cultural existente disseminada pelas diferentes fontes de comunicação locais	Nº de materiais concebidos	Município de São Brás de Alportel Casa da Cultura António Bentes
23	Dar continuidade à realização de eventos e iniciativas interculturais e estimular a realização de novas iniciativas	Desenvolver «Meses Temáticos Interculturais»	Realização do «Mês Temático Intercultural»	1	Realizar duas vezes por ano atividades interculturais dedicadas a cada um dos países presentes na imigração local	Nº de países retratados nos meses temáticos Nº de participantes nas ações desenvolvidas	Município de São Brás de Alportel

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
24	Dar continuidade à realização de eventos e iniciativas interculturais e estimular a realização de novas iniciativas	Estimular a organização e a participação em atividades interculturais	Apoio logístico e organizativo às associações locais e grupos informais que pretendam desenvolver iniciativas interculturais	1	Garantir que o movimento associativo local dinamizar atividades interculturais	<p>Nº de organizações locais que promovem atividades interculturais apoiadas</p> <p>Nº de participantes nas atividades realizadas</p> <p>Município de São Brás de Alportel</p> <p>Casa da Cultura António Bentes</p> <p>Associação Cultural Sambrasense</p> <p>Rancho Típico Sambrasense</p> <p>Associação Cultural e Recreativa Escola de Música Sambrazense</p>

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	
25	Dar continuidade à realização de eventos e iniciativas interculturais e estimular a realização de novas iniciativas	Estimular a organização e a participação em atividades interculturais	Disponibilização de listagem de recursos culturais locais provenientes das comunidades imigrantes no Portal do Imigrante e mobilização de grupos musicais para participar em eventos culturais promovidos pelas entidades locais	1	Assegurar um conhecimento dos recursos culturais locais que possam ser mobilizados para a realização de eventos ou que possam estimular uma maior participação da população nas iniciativas desenvolvidas	Nº de materiais concebidos	Município de São Brás de Alportel

3.2.7. Saúde

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	
26	Melhorar a prestação de cuidados de saúde à comunidade imigrante	Desenvolver ações de melhoria dos cuidados de saúde à população imigrante em função do diagnóstico de saúde comunitária realizado	Implementação de ações de informação, sensibilização, prevenção e cuidados de saúde, que resultam do diagnóstico de saúde comunitária, em curso, junto da comunidade imigrante	1	Implementar as ações previstas no projeto de intervenção comunitária	Nº de imigrantes envolvidos	Unidade de Cuidados na Comunidade Município de São Brás de Alportel

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
27	Melhorar a prestação de cuidados de saúde à comunidade imigrante	Melhorar o conhecimento sobre o funcionamento dos serviços de saúde	Implementação de ações de informação sobre as respostas existentes na área da saúde	1	Nº de materiais concebidos Nº de ações realizadas	Nº de imigrantes envolvidos	Unidade de Cuidados na Comunidade Município de São Brás de Alportel

3.2.8. Solidariedade e Resposta Social

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Garantir a equidade no gozo dos direitos sociais por parte dos imigrantes	Manter a intervenção social interinstitucional para garante da cobertura das necessidades dos diferentes grupos da população em presença	Identificação e encaminhamento de imigrantes em situação de maior vulnerabilidade social para assegurar a sua inclusão, mediante ação intervenção em Grupo Social local	1	Dar cobertura a todas as situações de vulnerabilidade social identificadas	Nº de imigrantes beneficiários das respostas locais	Município de São Brás de Alportel Grupo Social (Gabinete de Inserção Profissional – Instituto de Emprego e Formação Profissional, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Guarda Nacional Republicana, Junta de Freguesia, Unidade de Cuidados na Comunidade)
	Garantir o acesso à informação sobre as respostas institucionais existentes que deem cobertura às necessidades sentidas pelos imigrantes	Promoção do acesso a informação sobre as respostas sociais existentes para todos os imigrantes que careçam desse tipo de apoio para solução dos seus problemas	1	Garantir que todos os imigrantes em situação de vulnerabilidade social têm acesso a informação sobre as respostas sociais existentes que permitam suprir as necessidades e os problemas identificados	Nº de imigrantes beneficiários das respostas locais	

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	
30	Estimular o voluntariado imigrante para as respostas sociais	Divulgar a Rede de Voluntariado Local junto da população imigrante e sensibilizar para a sua participação no apoio a situações de vulnerabilidade		1	Mobilizar imigrantes para a rede de voluntariado	Nº de novos imigrantes na Rede de Voluntariado Local	Município de São Brás de Alportel Junta de Freguesia de São Brás de Alportel
31		Mobilizar a população imigrante para apoio à tradução de informação relativa aos recursos locais		1	Ter o Portal do imigrante traduzido em várias línguas	Nº de materiais concebidos Nº de línguas em que o Portal do Imigrante é traduzido	Município de São Brás de Alportel Junta de Freguesia de São Brás de Alportel

3.2.9. Cidadania e Participação Cívica

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
32	Disponibilizar informação sobre os processos eleitorais nacionais	Desenvolver ações de sensibilização sobre os processos eleitorais nacionais	Realização de ações de sensibilização que permitam dar a conhecer os direitos e deveres dos imigrantes , podendo ser desenvolvidas ações específicas dedicadas ao tema do sistema eleitoral nacional	1	Realização de pelo menos uma ação de sensibilização	Nº de ações de sensibilização realizadas Nº de imigrantes envolvidos nas ações desenvolvidas	Município de São Brás de Alportel Junta de Freguesia de São Brás de Alportel Casa da Cultura António Bentes
33	Realizar iniciativas de integração dos imigrantes na vida cívica da comunidade	Integrar os imigrantes na vida cívica da comunidade	Acolhimento dos novos imigrantes recém-chegados ao município, mediante a entrega de “Kit de novo Cidadão”	1	Distribuir kits de novos cidadãos aos novos proprietários – imigrantes que adquirem propriedades no concelho	Nº de imigrantes que recebem kit	Município de São Brás de Alportel Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas Imobiliárias do concelho

3.2.10. Media e Sensibilização da Opinião Pública

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
34	Melhorar a comunicação sobre os eventos procurando diversificar a língua em que se comunica	Garantir a tradução da comunicação de eventos em várias línguas	Mobilização de imigrantes voluntários para apoio à tradução de informação relativa a eventos e outras informações	2	Assegurar que há uma divulgação regular dos eventos locais, traduzida em várias línguas	Nº de línguas em que é possível traduzir a informação relativa a eventos locais	Município de São Brás e Alportel Junta de Freguesia de São Brás de Alportel
35	Evidenciar nos meios de comunicação social o papel dos imigrantes na comunidade local	Valorizar o papel dos imigrantes no desenvolvimento local	Produção de notas informativas à comunicação social local e regional, alusivas a iniciativas desenvolvidas pelos imigrantes – coluna intercultural em jornal local	1	Ter notícias publicadas na comunicação social local e regional relativas a iniciativas desenvolvidas pelos imigrantes do concelho	Notícias publicadas local ou regionalmente sobre iniciativas desenvolvidas pelos imigrantes residentes no concelho	Município de São Brás de Alportel Notícias São Braz Sambrasense
36			Criação de rubrica “Histórias de Vida” em jornal local, mediante série de entrevistas a imigrantes	1	Ter a rubrica de Histórias de vida criada	Nº de edições com a rubrica «Histórias de Vida»	

3.2.11. Racismo e Discriminação

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
37	Promover o Diálogo Intercultural e combater visões discriminatórias sobre a população imigrante	Assegurar um conhecimento amplo sobre as potencialidades da população imigrante	Desenvolvimento de ações/iniciativas que promovam a partilha de experiências e a valorização dos imigrantes, através das suas qualidades, competências e sucesso. competência e sucesso.	1	Dar visibilidade ao potencial da imigração no concelho	Nº de ações realizadas Nº de imigrantes participantes	Município de São Brás e Alportel
38		Sensibilizar a população para a diversidade cultural existente	Apoio à realização de iniciativas que visem o intercâmbio e conhecimento intercultural, promovidas pelo município e entidades locais (realização de pelo menos uma ação anual)	1	Realizar pelo menos uma ação anual	Nº de ações realizadas Nº de participantes	Município de São Brás de Alportel

3.2.12. Relações Internacionais

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
39	Divulgar internacionalmente o concelho	Captar população estrangeira para residir e viver o concelho de São Brás de Alportel	Divulgação de informação relativa ao concelho em sites internacionais de referência e em iniciativas que visem a promoção da região e do país	1	Manter a população imigrante a residir no concelho	Nº de imigrantes residentes (taxa de variação)	Município de São Brás de Alportel

3.2.13. Religião

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
40	Promover o diálogo inter-religioso	Assegurar informação sobre a oferta religiosa local	Divulgação de informação relativa aos diversos locais de culto existentes no concelho através do Portal do Imigrante	1	Manter a população informada sobre a oferta religiosa local	Nº de materiais concebidos	Município de São Brás de Alportel

3.3. Modelo de monitorização e de avaliação

A avaliação on going e ex post do Plano está intrinsecamente associada ao modelo de governação previsto, na exata medida em que é ao nível da plataforma que se prevê ter o contexto para a sua realização. Assim, caberá ao Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes a liderança para assegurar a implementação das várias medidas. Estas serão implementadas em função da disponibilidade de recursos considerando que algumas dependem de financiamentos externos e que é necessária uma adaptação da intervenção aos contextos de cada uma das organizações parceiras. Caberá igualmente ao CLAI a liderança no processo de monitorização da implementação e avaliação dos resultados ou impactos do Plano, pese embora esse deva ser feito de forma participada com todos os elementos que vierem a constituir a Plataforma.

Servirá de unidade quantitativa da execução do Plano a contabilização e sistematização dos dados que permitem concretizar os indicadores previstos e previamente apresentados (na estrutura do plano e que se referem centradamente à eficácia alcançada). Essas unidades serão operacionalizadas por medida e para o conjunto da intervenção em curso. No entanto, compreendendo que a mensurabilidade da intervenção não permite, por si só, a qualificação dessa e, principalmente, está longe de apoiar a análise da concretização dos objetivos propostos, pretende-se complementar a análise quantitativa com os dados qualitativos que se irão obtendo com a implementação de cada medida.

Assim, paralelamente à lista de indicadores por medida será igualmente apresentada uma síntese das ações realizadas e dos seus resultados face aos objetivos. Essa análise será partilhada e aprofundada nas reuniões da plataforma.

No entanto, há um conjunto de questões globais às quais se deve dar resposta e que se relacionam com diferentes critérios de avaliação que devem balizar a monitorização e a avaliação final do plano, e que são sistematizadas no quadro que se apresenta de seguida.

TABELA 13. CRITÉRIOS E QUESTÕES DA AVALIAÇÃO

Critérios da monitorização e avaliação final do Plano	Questões às quais se deve dar resposta (por medida e por objetivo, se aplicável)
Coerência	As ações que estão a ser implementadas são coerentes com as medidas e os objetivos inicialmente propostos? Há necessidade de reequacionar as ações ou as medidas para que os objetivos possam ser atingidos?
Pertinência	As ações que estão a ser implementadas respondem aos problemas identificados inicialmente? Se não, que mudanças devem ser equacionadas para que essa resposta possa ser dada? Estão a ser mobilizados os recursos que melhor respondem aos desafios da intervenção? As medidas e os objetivos estão a dar resposta às dinâmicas de mudança do contexto de ação em concreto? Se não, que alterações no contexto de ação e que necessidade de reequacionamento de medidas e de objetivos se impõem?
Igualdade	Está a ser garantida igualdade de acesso às ações do plano a todos os beneficiários inicialmente previstos no Plano? Que estratégias levadas a cabo para assegurar essa igualdade no acesso? Se essa não se verifica quais as razões que justificam tal facto? O que pode e deve ser feito para garantir esse acesso universal às ações do Plano? O Plano está a assegurar uma maior inclusão da população imigrante, em particular dos NPT? De que forma? O que é preciso mudar para assegurar que essa finalidade seja alcançada?
Participação	Os beneficiários inicialmente previstos para as várias medidas do Plano estão a participar de forma satisfatória? Que dados permitem chegar a essa conclusão? A população imigrante está a participar na monitorização e implementação do Plano? De que forma? O que pode ser feito para aumentar a sua participação? As organizações inicialmente previstas para participarem na monitorização e implementação do Plano estão igualmente mobilizadas para a intervenção? O que pode ser feito para melhorar a sua participação e envolvimento no Plano?
Eficácia	Estão os resultados previstos a serem atingidos, seja ao nível das medidas propostas, mas também dos objetivos previstos? Se estão a ser atingidos que balanço se faz? Se não estão a ser atingidos, o que deve ser feito para melhorar esses mesmos resultados? Quais as razões para que esses resultados não estejam a ser alcançados?
Eficiência	Estão a mobilizar-se os recursos institucionais inicialmente previstos para a ação? Tem sido possível rentabilizar os recursos existentes para melhorar os resultados da intervenção? Tem sido rentabilizar os recursos para contribuir para a implementação de várias medidas em simultâneo? Que recursos não previstos necessários mobilizar? De que forma a articulação interinstitucional tem permitido melhorar a prossecução dos resultados e objetivos? Poderia a intervenção ser mais eficiente? Se sim, de que forma?
Impacto	Estão a ser alcançados os objetivos inicialmente previstos? De que forma? Que mudanças registadas face ao diagnóstico inicialmente realizado? Como é que o Plano contribuiu para a inclusão dos imigrantes? Que resultados negativos e positivos não previstos?

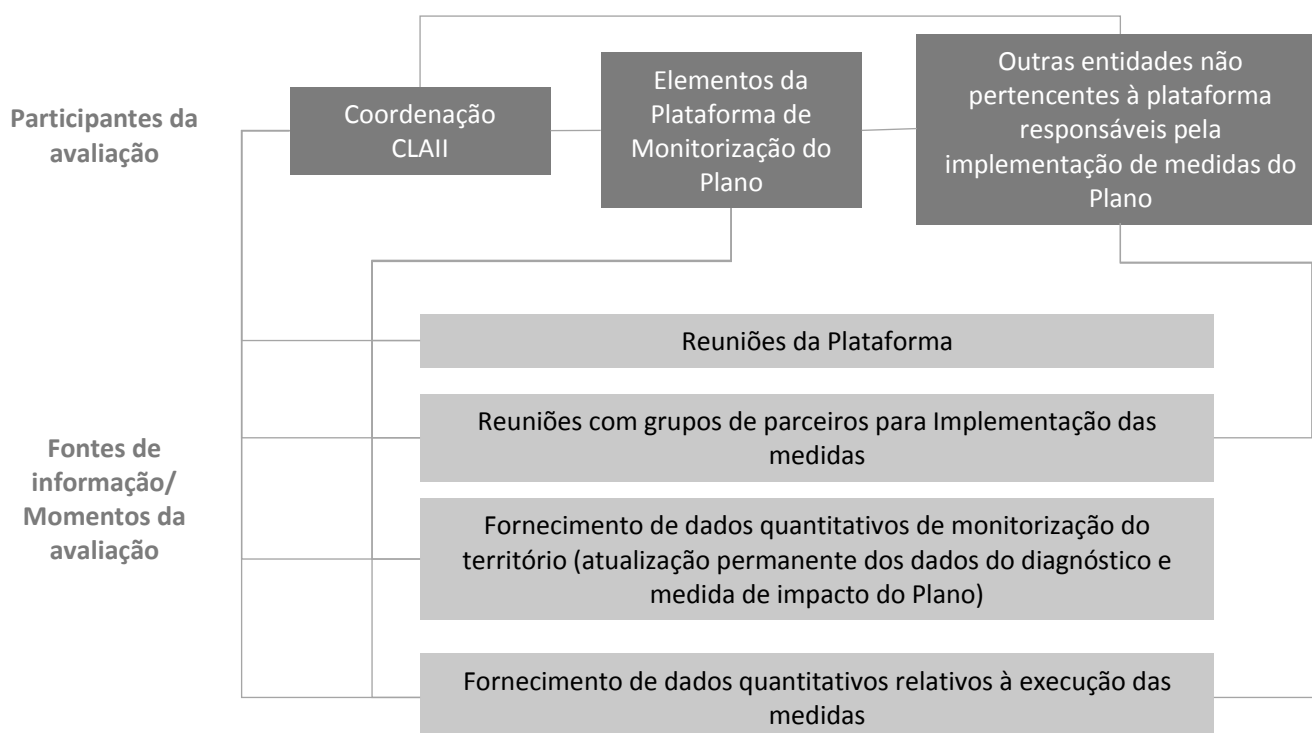
FONTE: DIAGNÓSTICO DE SAÚDE NA POPULAÇÃO IMIGRANTE

As entidades parceiras que se responsabilizam pela operacionalização das várias medidas serão as fontes de informação privilegiadas para alimentar a base de dados quantitativa e qualitativa de apoio à monitorização da implementação do Plano. No que respeita à recolha dos dados qualitativos será feita de duas formas: i) por um lado, através das reuniões específicas que o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes vier a realizar com grupos de parceiros responsáveis pela operacionalização de medidas concretas; ii) por outro, nas reuniões da plataforma em que serão devolvidos os resultados qualitativos e quantitativos e cuja resposta global às questões da avaliação deve ser feita de forma participada entre os vários elementos participantes. No final de cada ano civil será produzido um relatório síntese com os resultados da aplicação deste modelo.

Paralelamente, serão utilizadas as fontes estatísticas locais e oficiais para monitorização dos indicadores de diagnóstico inicialmente trabalhados. Essa recolha permitirá avaliar globalmente os resultados ou impactos que o Plano possa estar a alcançar.

De seguida apresenta-se o esquema do modelo organizativo a aplicar para a monitorização e avaliação do Plano.

ILUSTRAÇÃO 1. MODELO ORGANIZATIVO PARA A MONITORIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO



3.4. Acompanhamento e Modelo de Governação

Previu-se a criação de uma Plataforma de Monitorização do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes de São Brás de Alportel, que cumprirá os seguintes objetivos:

1. Acompanhar a execução das medidas propostas e a prossecução dos objetivos inicialmente propostos para o Plano;
2. Definir estratégias de ação e modelos de ação conjuntos para garantir a execução das medidas propostas;
3. Avaliar os resultados e os impactos do Plano;
4. Redefinir medidas ou incluir novas medidas que se julguem necessárias para dar resposta a problemas emergentes, não inicialmente diagnosticados ou que surjam no decurso da implementação do Plano;
5. Garantir uma participação a diferentes níveis, englobando os serviços públicos com intervenção direta no acolhimento e integração de imigrantes (com atuação ao nível local e regional); outros serviços sociais locais; associações culturais, recreativas e desenvolvimento local; empresas e imigrantes na qualidade de interlocutores das várias comunidades presentes no concelho de São Brás de Alportel;
6. Definir formas de sustentabilidade da intervenção após o término da execução do Plano.

No que respeita ao funcionamento, esta estrutura será coordenada pelo Município de São Brás de Alportel que terá os seguintes deveres:

1. Agendar as reuniões da Plataforma e respetiva definição da ordem de trabalhos;
2. Convocar com pelo menos 5 dias úteis de antecedência, todas as organizações e interlocutores da Plataforma;
3. Garantir a coordenação geral das reuniões de plenário da Plataforma;
4. Coordenar os grupos de trabalho que venham a ser criados para a implementação de medidas específicas do Plano;
5. Mobilizar as organizações não pertencentes à plataforma, com responsabilidade na execução de algumas medidas do Plano, para o garantir a sua execução;
6. Informar o Conselho Local de Ação Social sobre as atividades e a monitorização desenvolvidas;
7. Realizar sínteses relativas à execução das medidas propostas em plano para partilha junto dos elementos da plataforma.

Propõe-se envolver as seguintes organizações:

1. Junta de Freguesia de São Brás de Alportel;
2. Instituto de Segurança Social, I.P.;
3. Unidade de Cuidados na Comunidade (ACES Central);
4. Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas;
5. Instituto de Emprego e Formação Profissional;
6. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
7. Direção Geral da Reinserção Social e Serviços Prisionais;
8. Casa de Cultura António Bentes;

9. Associação In Loco.

A sua participação na plataforma, bem como na execução das medidas propostas está dependente de aprovação superior.

Em paralelo, prevê-se a participação de imigrantes representantes das várias comunidades presentes no concelho. Durante a fase de promoção da participação dos imigrantes, foi possível contar com uma base de voluntários que serão interlocutores na plataforma. No entanto, considerando que se pretende que esta plataforma se constitua como um espaço de diálogo de intercultural e interinstitucional, prevê-se realizar convites diretos a imigrantes para que se possam envolver diretamente nessa.

Prevê-se a realização de pelo menos duas reuniões de plenário por ano, o que não impede que venham a ser criados grupos de trabalho específicos para a implementação de medidas do Plano, sendo orientados pelo Município de São Brás de Alportel, a partir do seu Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes.

4. Referências Bibliográficas e Eletrónicas

Documentos

Andrade, Nuno; João Freitas, Helga Martins e Paula Vaz Pinto (2015) *Diagnóstico de Saúde na População Imigrante*, Beja, Instituto Politécnico – Escola Superior de Saúde de Beja (no prelo).

Dias, Nelson (coord.), Simone Júlio e Vanessa Sousa (2014) *Carta Social de São Brás de Alportel 2014-2020*, São Brás de Alportel, Conselho Local de Ação Social.

Dias, Nelson (coord.), Vanessa Sousa (2011) *Diagnóstico de necessidades da população imigrante de São Brás de Alportel*, Lisboa, ACIDI.

Regulamentação

Plano Estratégico para as Migrações

Páginas de Internet

Sítio do INE: www.ine.pt (Censos da população e Anuários Estatísticos)

Sítio do SEF: www.sefstat.sef.pt (Estatísticas Anuais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

Anexos

Anexo 1. Listagem de entidades participantes no processo de diagnóstico e planeamento e respetivos interlocutores

Entidade	Participantes
Município de São Brás de Alportel	Vítor Guerreiro – Presidente Marlene Guerreiro – Vice-Presidente e coordenadora do PMII José Serrano – Técnico superior Alejandro Moreira Barcia - Provedor do Residente Estrangeiro
Serviço CLAI (Parceria entre Município e Associação In Loco)	Carmen Macedo
Associação In Loco	Vanessa Duarte de Sousa – Técnica do PMII Nelson Domingues – diretor
Junta de Freguesia de São Brás de Alportel	David Gonçalves – Presidente Ircília Pereira – Técnica
Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas	Noémia Pires Nídia Amaro
Centro de Saúde – ACES Central	Cidália Palma Filomena Correia Grupo de enfermeiros estagiários em processo de especialização – Nuno Andrade, Helga Martins, Paula Vaz Pinto, João Freitas
Casa da Cultura António Bentes	Vânia Mendonça Linda Cooper Martin Howard
Guarda Nacional Republicana	Carlos do Vale
Instituto de Segurança Social, I.P.	Lina Sequeira
Instituto de Emprego e Formação Profissional	José Tocha – diretor do Centro de Emprego de Faro
Centro de Cultura e Desporto de São Brás de Alportel	Teresa Bernardino – Gabinete de Inserção Profissional Cátia Pina – Equipa de protocolo do Rendimento Social de Inserção
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Manuela Chora
Igreja Evangélica Transcultural	Pastor Jederval

Anexo 2. Listagem da documentação consultada

Documentos do Alto Comissariado para as Migrações:

- Apresentação da Estrutura do Plano Municipal para a Integração de imigrantes
- Apresentação do Alto Comissariado para as Migrações no 1º Encontro Nacional de Autarquias realizado em Óbidos, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2015
- Apresentação realizada pela Logframe no 1º Encontro Nacional de Autarquias realizado em Óbidos, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2015
- Anúncio nº 1A4/2013 para a candidatura à conceção dos Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes
- Plano Estratégico para as Migrações

Anexo 3. Metodologia do Fórum Intercultural

Nº de participantes esperados: 50

Local de realização: Centro de Artes e Ofícios

Data: 18 de Fevereiro de 2015

Material necessário:

1 baralho de cartas (com as 52) – IN LOCO

Por cada mesa têm de estar preparadas as folhas de identificação de problemas e de medidas por área de intervenção (ver modelos em anexo) – IN LOCO

Canetas – IN LOCO

Coffee break – CMSBA

Folha de presenças – CMSBA

Folha para identificação de interlocutores da comunidade imigrante – CMSBA

Ficha de avaliação da sessão - CMSBA

Disposição da sala: (a organizar pelos moderadores)

Divisão de 12 a 13 pessoas por mesa

4 mesas/ espaços de trabalho em grupo (mesa de copas, mesa de paus, mesa de ouros, mesa de espadas)

Recursos Humanos:

4 moderadores – proposta: José Serrano (mesa de copas), Carmen Macedo (mesa de paus), Vanessa Sousa (mesa de ouros), Vânia Martins (mesa de espadas)

Distribuição dos participantes pelas mesas:

À entrada cada um escolhe uma carta do baralho (que se pede que seja devolvida no final – pode-se começar com o baralho com as 40 cartas e acrescentar as restantes 12/10 quando forem entrando mais pessoas e se vir que o baralho se vai esgotando) informando que vai ser útil para a realização da metodologia de participação. Os participantes devem preencher uma ficha de inscrição (a ser preparada previamente pela Carmen).

Cronograma dos trabalhos:

20h30m Apresentação do projeto (Presidente e Vereadora)

20h45m Apresentação da metodologia (Vanessa)

21h00m Início dos trabalhos de participação nas mesas

22h00m Apresentação dos resultados de cada grupo

Metodologia de cada uma das mesas

Cada moderador é responsável por retirar anotações sobre as discussões de forma a que essas possam ser incorporadas na síntese que cada um deve fazer no prazo máximo de 5 dias e devolver à equipa.

Inicia-se com uma breve apresentação de cada um dos presentes – Nome e nacionalidade. (máximo 10 minutos)

Segue-se o pedido a cada um dos participantes para escreverem o que entenderem em cada uma das folhas que vão rodando entre os participantes à medida que são preenchidas. Tal não deverá levar mais de 30 minutos.

Os restantes 20 minutos servem para o moderador apresentar os vários contributos e promover a discussão – podendo os participantes ir refletindo sobre os conteúdos. O moderador vai acrescentando itens nas folhas se a discussão se referir a novas ideias. Deve ir anotando para si todas as informações que permitam a clarificação de algumas expressões que não sejam evidentes para si e para o grupo. No final deve solicitar-se a um estrangeiro nacional de países terceiros para ser o representante no grupo para a apresentação dos resultados.

Áreas a serem discutidas – atenção: se as pessoas tiverem dúvidas vale a pena um breve esclarecimento, mas é importante informá-las de que aquelas áreas seguem apenas para orientar o trabalho de acordo com a estratégia nacional:



i) Serviços de Acolhimento e de Integração; ii) Urbanismo e Habitação; iii) Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; iv) Educação e Língua; v) Capacitação e Formação; vi) Cultura; vii) Saúde; viii) Solidariedade e Resposta Social; ix) Cidadania e Participação Cívica; x) Media e Sensibilização da Opinião Pública; xi) Racismo e Discriminação; xii) Relações Internacionais; xiii) Religião; xiiii) Outros...

...

Segue-se a apresentação dos resultados por mesa a todo o Fórum, em que cada grupo é convidado a colar os seus resultados num painel colocado para o efeito.

No final desafiam-se os participantes a serem interlocutores na validação e discussão da versão preliminar, passando uma folha com os dados pessoais para futuros contactos (Vanessa Sousa fará a moderação do Fórum no seu conjunto).

Exemplo de uma ficha temática do grupo de Copas:

ÁREA: Serviços de Acolhimento e de Integração	
Problemas/ Necessidades identificados	
ÁREA: Serviços de Acolhimento e de Integração	
Soluções ou Medidas de Ação necessárias para promover a integração dos estrangeiros a residir no concelho	

Anexo 4. Metodologia do Fórum das Instituições pela Interculturalidade

Nº de entidades previstas: 10

Local de realização: Salão Nobre da Câmara Municipal de São Brás de Alportel

Data: 3 de Março de 2015

Horário: 14h30 – 17h30m

Material necessário:

Papel Flipchart – IN LOCO (Têm de estar preparadas as folhas de identificação de problemas, recursos, medidas e compromissos por área de intervenção (ver ficha modelo apresentada no final da apresentação da metodologia)

Canetas/ Marcadores – IN LOCO

Coffee break – CMSBA

Folha de presenças – CMSBA

Folha para identificação de interlocutores para a plataforma – CMSBA

Ficha de avaliação da sessão – CMSBA

Computador e Projetor de Dados, com a apresentação dos resultados do Fórum Intercultural

Recursos Humanos:

1 moderadora – Vanessa Sousa

Cronograma dos trabalhos:

14h30m Apresentação do projeto (Presidente e Vereadora)

14h45m Discussão dos resultados com o grupo

17h15m Fim dos trabalhos

Metodologia

Método do Fórum comunitário. As entidades são organizadas em «U» para debate dos resultados obtidos no Fórum Intercultural, solicitando-se às entidades que acrescentem os elementos que

considerem relevantes para cada uma das áreas, a saber: i) Serviços de Acolhimento e de Integração; ii) Urbanismo e Habitação; iii) Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; iv) Educação e Língua; v) Capacitação e Formação; vi) Cultura; vii) Saúde; viii) Solidariedade e Resposta Social; ix) Cidadania e Participação Cívica; x) Media e Sensibilização da Opinião Pública; xi) Racismo e Discriminação; xii) Relações Internacionais; xiii) Religião; xiii) Outros...

Em seguida apresenta-se a forma como cada folha de flipchart estará previamente preparada e como os trabalhos estão planeados. Propõe-se que as entidades possam fornecer dados adicionais de diagnóstico e de contextualização, referentes à sua ação no território.

No final desafiam-se as instituições a serem interlocutoras na validação e discussão da versão preliminar do plano, passando uma folha com os dados pessoais para futuros contactos.

Exemplo de modelo de debate por área:

Área: Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Problemas/ Necessidades sentidos	Respostas/ Serviços existentes para resolver esses problemas/ suprir essas necessidades
Propostas para solucionar os problemas/ suprir as necessidades	Compromissos institucionais (para o biénio 2015-2017 o que cada instituição/ organização se propõe realizar para a solução dos problemas/ minimização das necessidades)

Anexo 5. Metodologia do *Focus Group* com outros NPT's

Nº de participantes esperados: 5

Local de realização: Centro de Apoio à Comunidade

Data: 1 de abril de 2015

Material necessário:

Documento com a síntese dos resultados do Fórum Intercultural.

Coffee break – CMSBA

Folha de presenças – CMSBA

Folha para identificação de interlocutores da comunidade imigrante – CMSBA

Ficha de avaliação da sessão - CMSBA

Disposição da sala:

Sala de reuniões com disposição circular.

Recursos Humanos:

1 moderadora (Vanessa Sousa)

Cronograma dos trabalhos:

15h00m	Acolhimento dos participantes
15h15m	Discussão dos resultados do Fórum, apresentação dos problemas e propostas de ação

Metodologia

Apresenta-se o plano e os resultados já alcançados. Solicita-se aos participantes que identifiquem os seus problemas e propostas de ação, numa lógica de «*brainstorming*». De seguida, aprofunda-se a discussão pelas áreas seguintes (que já contêm os resultados do Fórum Intercultural realizado): i) Serviços de Acolhimento e de Integração; ii) Urbanismo e Habitação; iii) Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; iv) Educação e Língua; v) Capacitação e Formação; vi) Cultura; vii) Saúde; viii)

Solidariedade e Resposta Social; ix) Cidadania e Participação Cívica; x) Media e Sensibilização da Opinião Pública; xi) Racismo e Discriminação; xii) Relações Internacionais; xiii) Religião; xiii) Outros...

No final desafiam-se os participantes a serem interlocutores na validação e discussão da versão preliminar, passando uma folha com os dados pessoais para futuros contactos.

Anexo 6. Metodologia de consulta «Caixa de Propostas» e inquirição personalizada

SÃO BRÁS DE ALPORTEL
PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES
PLAN FOR IMMIGRANT INTEGRATION



Precisamos do seu contributo! We need your input!

PROBLEMAS/ NECESSIDADES

Que problemas ou necessidades considera que têm de ser ultrapassados para melhorar a integração dos imigrantes no concelho de São Brás?

PROBLEMS / NEEDS

Tells us what problems or needs do you consider that must be overcome to improve the integration of immigrants in São Brás municipality.



PROPOSTAS PARA O FUTURO

Dê exemplos de ações e de iniciativas que gostaria de ver desenvolvidas para a integração dos imigrantes no concelho de São Brás!

PROPOSALS FOR THE FUTURE

Give us examples of actions and initiatives that would like to see developed for the integration of immigrants.



Obrigado pelo seu contributo!
Thank you for your contribution!

